



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 067

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1984

## CONGRESSO NACIONAL

### PARECER Nº 41, DE 1984-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 52, de 1984-CN (nº 015/84, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.102, de 28 de dezembro de 1983, que “altera disposições do Decreto-lei nº 651, de 26 de agosto de 1938”.

**Relator: Senador Gabriel Hermes**

O Senhor Presidente da República, nos termos do § 1º, do art. 55, da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.102, de 28 de dezembro de 1983, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que altera a alínea “b” do item IV e os parágrafos 1º e 2º, todos do art. 4º do Decreto-lei nº 651, de 26 de agosto de 1938, modificado pelos Decretos-leis nºs 1.505, de 23 de dezembro de 1976, e 1.785, de 13 de maio de 1980.

2. Acompanha a Mensagem presidencial Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, que nos esclarece, plenamente, sobre a origem, as razões e os objetivos das medidas adotadas.

3. Cuida a matéria de alterações da legislação do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, no que concerne, especificamente, à norma originária do Decreto-lei nº 651, de 26 de agosto de 1938, prevista na alínea “b”, do item IV, do seu art. 4º, que destinava ao antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, como Contribuição da União, uma taxa fixa, no valor de noventa réis, por litro de combustível colocado ao consumo, cuja arrecadação e recolhimento ao próprio Instituto incumbia às empresas distribuidoras.

Pelo Decreto-lei nº 1.505, de 1976, modificou-se a referida norma, de sorte que a taxa fixa foi substituída por

recursos correspondentes a parcela sobre o preço ex-refinaria dos combustíveis automotivos, equivalente a 6% (seis por cento) do preço ex-refinaria da gasolina “A”, parcela essa que passou a ser recolhida pelas refinarias ao Fundo de Liquidez da Previdência Social.

Nova alteração foi produzida, agora pelo art. 3º do Decreto-lei nº 1.785, de 1980, que passou a designar a antiga taxa fixa (posteriormente chamada “parcela”) por “valor base”, que incidirá sobre os preços dos combustíveis automotivos derivados do petróleo, equivalente aos mesmos 6% (seis por cento) do preço ex-refinaria da gasolina “A”, vigente em janeiro de 1980. O § 1º, da alínea “b”, do inciso IV, do art. 4º, também sofreu alteração pelo citado Decreto-lei nº 1.785/80, passando a determinar que esse “valor base” será corrigido em período não inferior a doze meses, observado o coeficiente de variação nominal, ocorrida entre as datas de reajuste, das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN. Igualmente, foi modificado o subsequente § 2º, com o que o produto da arrecadação do “valor base” passou a ser recolhido pelas empresas refinadoras ao Banco do Brasil à conta do Tesouro Nacional, como Receita Orçamentária da União, para repasse ao Fundo de Liquidez da Previdência Social.

4. Essas mudanças na legislação, segundo a Exposição de Motivos, trouxeram, como consequência, uma substancial queda de receita previdenciária, “impossibilitando atender a eventuais insuficiências financeiras do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social — SINPAS”, daí as razões das novas alterações adotadas pelo texto sob exame

5. Quanto aos objetivos, resumem-se estes na necessidade inadiável de equilibrar-se o sistema econômico-financeiro da Previdência, por meio de um conjunto de medidas, nas quais se inserem as do presente texto.

6. O que se alterou, basicamente, foi o seguinte: — na alínea “b”, do item IV, voltou-se a designar os recursos ali previstos de “parcela”, doravante em valor

equivalente a até 6% do preço ex-refinaria da gasolina “A”;

— no § 1º, manteve-se a sistemática de recolhimento previsto no Decreto-lei nº 1.785/80, acrescentando as empresas distribuidoras como responsáveis pelo recolhimento, juntamente com as refinadoras;

— no § 2º, atribui-se ao Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento e ao Ministro das Minas e Energia a incumbência de providenciarem as medidas necessárias à aplicação das disposições do artigo modificado.

A principal alteração produzida pelo texto em exame consiste na fixação do percentual variável em até 6%. De acordo com a Exposição de Motivos, isto “visa a permitir que se ajuste o montante da contribuição às reais necessidades que se venha a constatar...”.

7. Convencidos do acerto das medidas adotadas, ademais de sua plena adequação formal dos pressupostos e requisitos do art. 55 da Constituição, somos pela aprovação do presente Decreto-lei, na forma do seguinte

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 1984-CN

**Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.102, de 28 de dezembro de 1983, que “altera disposições do Decreto-lei nº 651, de 26 de agosto de 1938”.**

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.102, de 28 de dezembro de 1983, que “altera disposições do Decreto-lei nº 651, de 26 de agosto de 1938”.

Sala das Comissões, 6 de junho de 1984. — Deputado **Celso Barros**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência — Senador **Gabriel Hermes**, Relator — Senador **Pasos Pôrto** — Deputado **Denisar Arneiro** — Deputado **Antonio Gomes** — Deputado **Horácio Matos** — Senador **Lourival Baptista** — Senador **João Calmon** — Senador **João Lúcio** — Senador **Jorge Kalume** — Senador **Mário Maia** — Senador **Jutahy Magalhães**.

**EXPEDIENTE**  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA**

Diretor-Geral do Senado Federal

**ALOISIO BARBOSA DE SOUZA**

Diretor Executivo

**LUIZ CARLOS DE BASTOS**

Diretor Industrial

**RUDY MAURER**

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre .....	Cr\$ 3.000,00
Ano .....	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

**PARECER Nº 42, De 1984-CN**

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 53, de 1984-CN, (nº 16/84, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.103, de 30 de dezembro de 1983, que "prorroga prazo previsto no Decreto-lei nº 2.066 de 27 de outubro de 1983, que autoriza remissão de créditos relativos ao imposto sobre a propriedade territorial rural e à contribuição dos que exercem atividades rurais, dispensa da taxa de serviços cadastrais e cancelamento dos débitos de contribuição sindical rural".

**Relator: Deputado Milton Brandão**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 1º do artigo 55 da Constituição Federal, o texto do Decreto-lei nº 2.103, de 30 de dezembro de 1983, que prorroga prazo previsto no Decreto-lei nº 2.066, de 27 de outubro de 1983, que autoriza remissão de créditos relativos ao imposto sobre a propriedade territorial rural e à contribuição dos que exercem atividades rurais, dispensa da taxa de serviços cadastrais e cancelamento dos débitos de contribuição sindical rural.

Acompanha a Mensagem do Chefe do Governo Exposição de Motivos do Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, que salienta:

"Vossa Excelência para minimizar o sofrimento dos proprietários e posseiros dos inúmeros municípios que vêm sendo assolados por prolongada estiagem, houve por bem baixar o Decreto-lei nº 2.066,

de 27 de outubro de 1983, autorizando a remissão de créditos relativos ao imposto sobre a propriedade rural e à contribuição dos que exercem atividades rurais, a dispensa da taxa de serviços cadastrais e o cancelamento dos débitos de contribuição sindical rural.

O citado Decreto-lei nº 2.066, de 1983, fixou até 31 do mês em curso, o prazo para que os interessados requererem a respectiva remissão.

A exiguidade do prazo impediu que centenas de proprietários ou possuidores de imóveis rurais, muitos deles residentes em locais distantes dos órgãos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, apresentassem o devido requerimento pleiteando o benefício.

Com a finalidade de possibilitar àqueles proprietários e posseiros oportunidade para requererem a remissão, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto-lei prorrogando, por 90 (noventa) dias o prazo a que se refere o § 1º do artigo 1º do Decreto-lei nº 2.066, de 1983."

Visa o Decreto-lei sob exame a dar nova oportunidade aos proprietários e posseiros rurais, por mais 90 (noventa) dias, para pleitearem a remissão de seus débitos relativos aos tributos acima referidos, referentes aos exercícios de 1979 a 1983.

Trata-se de providência governamental expedida em boa hora para amparar o setor rural nos municípios reconhecidos em situação de emergência e a prorrogação ocorreu para possibilitar a remissão ainda no primeiro trimestre de 1984.

Ante as razões apresentadas, manifestamo-nos pela aprovação do Decreto-lei nº 2.103, de 30 de dezembro de 1983, na forma do seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 32, DE 1984-CN

**Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.103, de 30 de dezembro de 1983, que "prorroga prazo previsto no Decreto-lei nº 2.066, de 27 de outubro de 1983, que autoriza remissão de créditos relativos ao imposto sobre a propriedade territorial rural e à contribuição dos que exercem atividades rurais, dispensa da taxa de serviços cadastrais e cancelamento dos débitos de contribuição sindical rural".**

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.103, de 30 de dezembro de 1983, que "prorroga prazo previsto no Decreto-lei nº 2.066, de 27 de outubro de 1983, que autoriza remissão de créditos relativos ao imposto sobre a propriedade territorial rural e à contribuição dos que exercem atividades rurais, dispensa da taxa de serviços cadastrais e cancelamento dos débitos de contribuição sindical rural".

Sala das Comissões, 5 de junho de 1984. — Senador **Martins Filho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência — Deputado **Milton Brandão**, Relator — Deputado **Evandro Ayres de Moura** — Deputado **Ciro Nogueira** — Deputado **Oswaldo Murta** — Deputado **Sebastião Ataíde** — Senador **Jutahy Magalhães** — Senador **João Lúcio** — Senador **Afonso Camargo** — Senadora **Eunice Michiles** — Senador **Benedito Ferreira** — Senador **Galvão Modesto**.

**SUMÁRIO**

**1 — ATA DA 151ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE JUNHO DE 1984**

**1.1 — ABERTURA**

**1.2 — EXPEDIENTE**

**1.2.1 — Discursos do Expediente**

**DEPUTADO NELSON WEDEKIN** — Correspondência enviada por S. Exª ao Sr. Presidente da PETROBRÁS, solicitando informações sobre a situação funcional do Sr. Heitor Ferreira de Aquino.

**DEPUTADO FRANCISCO AMARAL** — Êxito alcançado pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo no combate a praga denominada "bicudo".

**DEPUTADO GILTON GARCIA** — Defesa da candidatura do Deputado Augusto Franco para a Presidência do Partido Democrático Social.

**DEPUTADO DIRCEU CARNEIRO** — Solidariedade da Bancada Federal do PMDB do Estado de Santa Catarina, ao movimento grevista de servidores civis da União

**DEPUTADO FRANCISCO ROLLEMBERG** — Reivindicações dos citricultores sergipanos.

**DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS** — Congratulando-se com o Deputado Gilton Garcia, pelo lançamento da candidatura do Deputado Augusto Franco à Presidência do PDS.

**DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO** — Reparos ao discurso proferido na presente sessão pelo Sr. Nelson Wedekin.

*DEPUTADO FRANCISCO DIAS* — Registro da eleição da chapa um, para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos — SP e da eleição do Dr. Oswaldo Justo para Prefeito da cidade de Santos — SP

### 1.2.2 — Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 42/84, que dispõe sobre a concessão aos servidores civis e militares da União de uma gratificação especial natalina.

Nº 43/84, que altera a redação do § 2º do art. 147, da Constituição Federal.

### 1.2.3 — Comunicação da Presidência

Referente à anexação das propostas anteriormente lidas, respectivamente, às de nºs 33 e 41/84, já em tramitação, por versarem matéria análoga.

### 1.2.4 — Pronunciamentos

*DEPUTADO JOACIL PEREIRA*, como Líder do PDS — Reparos ao discurso proferido na presente sessão pelo Sr. Nelson Wedekin. Auspiciosidade do lançamento da candidatura do Deputado Augusto Franco à Presidência do PDS.

*DEPUTADO HÉLIO DUQUE* — Comentários sobre o discurso proferido na presente sessão pelo Sr. Nelson Wedekin. Observações sobre a candidatura do Sr. Paulo Maluf à Presidência da República.

### 1.2.5 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

### 1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 19/84-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.089, de 27-12-83, que prorroga a vigência de incentivos fiscais. Discussão encerrada, ficando sua **votação adiada** por falta de **quorum**.

### 1.4 — ENCERRAMENTO

## 2 — ATA DA 153ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE JUNHO DE 1984

### 2.1 — ABERTURA

### 2.2 — EXPEDIENTE

#### 2.2.1 — Discursos do Expediente

*DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS* — Repulsa de S. Exª a campanha difamatória de que vem sendo alvo a UDF e o seu fundador, ex-Senador Eurico Rezende.

*DEPUTADO DIONÍSIO HAGE* — Apelo em favor do entendimento entre as lideranças políticas e dos diversos segmentos sociais, que permita a escolha de um nome à Presidência da República capaz de soerguer o nosso País.

*DEPUTADO FRANCISCO AMARAL* — Carta do Presidente da SIDERBRÁS em resposta a pronunciamento de S. Exª, feito em sessão anterior, contrário ao afastamento do Engenheiro Plínio Assmann da COSIPA.

*DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA* — Atitude do Governo argentino repelindo o programa do FMI. Indignação de S. Exª face a declarações do Sr. Tarcísio Marciano Rocha, Assessor do Ministério da Fazenda, ao defender maior abertura do País a investimentos externos, a propósito de declarações da Primeira-Ministra inglesa sobre o pagamento da dívida dos países pobres.

*DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR* — Observações sobre o discurso do Sr. Joacil Pereira, feito hoje na Câmara dos Deputados, em defesa do Sr. Paulo Maluf, alvo de críticas naquela oportunidade.

*DEPUTADO DORETO CAMPANARI* — Denúncias de corrupção e aliciamento político feitos na gestão do Sr. Paulo Maluf, quando Governador de São Paulo

*DEPUTADO SEBASTIÃO ATAÍDE* — Papel do Parlamento no atual momento político brasileiro.

*DEPUTADO HERMES ZANETI* — Arbitrariedade policial que teria sido perpetrada hoje contra professores e servidores das universidades autárquicas, médicos residentes e parlamentares, reunidos na Esplanada dos Ministérios.

*DEPUTADO ADAIL VETORAZZO* — Réplica ao discurso do Sr. Farabulini Júnior, proferido na presente sessão.

*DEPUTADO JOSÉ GENOINO* — Repressão policial a manifestantes na Esplanada dos Ministérios. Ofício do Vereador Nobel Soares, do PT de São Paulo, encaminhado ao Procurador-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, protestando contra a substituição de promotores no inquérito policial militar que apura a tragédia de Vila Socó.

*DEPUTADO JOACIL PEREIRA* — Reparos a pronunciamentos de parlamentares paulistas, na presente sessão, à pessoa do Sr. Paulo Maluf. Episódio policial trazido ao conhecimento da Casa pelos Srs. Hermes Zaneti e José Genoino.

*DEPUTADO HÉLIO DUQUE* — Representação que o PMDB encaminhará à Presidência da Câmara dos Deputados, a propósito de arbitrariedades policiais contra o exercício da função parlamentar, que teria se verificado hoje, em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, por ocasião de manifestação realizada por servidores públicos.

### 2.2.2 — Requerimento

Nº 8/84-CN, de presidente de comissão mista solicitando prorrogação do prazo para apresentação de parecer. **Aprovado**.

### 2.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se no próximo dia 19, às 10 horas e 30 minutos, destinada a homenagear o Sr. Fernando Belaunde Terry, Presidente da República do Peru.

### 2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 20/84-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.091, de 27-12-83, que reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos funcionários das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, e dá outras providências. **Aprovado**. À promulgação.

### 2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas, com Ordem do Dia que designa.

### 2.5 — ENCERRAMENTO

## 3 — ATA DA 153ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE JUNHO DE 1984

### 3.1 — ABERTURA

### 3.2 — EXPEDIENTE

#### 3.2.1 — Discurso do Expediente

*DEPUTADO FRANCISCO AMARAL* — Aproveitamento do Aeroporto Internacional de Viracopos, defendida pelo Sr. Mário Moraes Filho, em correspondência enviada ao Chefe do Departamento de Operações — DAC.

#### 3.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

#### 3.2.3 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Hélio Duque e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

### 3.3 — ENCERRAMENTO

## 4 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Gilton Garcia, na sessão conjunta de 28-5-84

— Do Sr. Aluizio Campos, na sessão conjunta de 6-6-84 (**Republicação**)

# Ata da 151ª Sessão Conjunta, em 12 de junho de 1984

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

### Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Mata — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

#### Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

#### mazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Randolfo Bittencourt — PMDB.

#### Rondônia

Assis Canuto — PDS, Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS, Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

#### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Manoel Ribeiro — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

#### Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PDS, João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS

#### Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS, Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS.

#### Ceará

Antônio Moraes — PMDB, Carlos Virgílio — PDS, Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS, Haroldo Sanford — PDS, Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés

Pimentel — PMDB, Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Sérgio Philomeno — PDS

#### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

#### Paraíba

Aluízio Campos — PMDB, Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB, Raymundo Asfora — PMDB.

#### Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB, Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS, Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Sérgio Murilo — PMDB.

#### Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS.

#### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

#### Bahia

Angelo Magalhães — PDS, Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS, Domingos Leonelli — PMDB; França Teixeira — PDS, Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB, Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS, Manoel Novaes — PDS, Prisco Viana — PDS, Rômulo Galvão — PDS.

#### Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

#### Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arnerio — PMDB; Eduardo Galil — PDS, Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB, José Eudes — PT, Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT, Osmar Leitão — PDS; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

#### Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS;

Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; Luiz Guedes — PMDB, Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Melo Freire — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB, Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS

#### São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Bete Mendes — PT; Diogo Nomura — PDS, Estevam Galvão — PDS; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB, Márcio Santilli — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Raimundo Leite — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB

#### Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irapuan Costa Júnior — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PDS.

#### Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB

#### Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS

#### Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; José Tavares — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB, Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS, Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

#### Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB, Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB.

#### Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB, Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB, Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT, Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS

#### Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

#### Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 165 Srs. Deputados. Havendo número regimental, de claro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Wedekin.

**O SR. NELSON WEDEKIN** (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Vou ler, aqui, a carta que endereçarei ao Sr. Presidente da PETROBRÁS, ao Sr. Ministro das Minas e Energia e ao próprio Senhor Presidente da República e que nos seus termos diz o seguinte:

“Brasília (DF), 12 de junho de 1984.

Exmº Sr.

Dr. Shigeaki Ueki

M.D. Presidente da PETROBRÁS

Av. República do Chile, 65 — 22º andar

20.031 — Rio de Janeiro (RJ)

Senhor Presidente:

Pela presente, e na condição de representante de parcela da vontade popular, venho solicitar informações sobre a situação funcional do Sr. Heitor Ferreira de Aquino, o qual, segundo consta, é funcionário da PETROBRÁS.

Segundo notícias da imprensa, o Sr. Aquino, que já foi Secretário Particular do Sr. Presidente da República, está lotado no escritório da PETROBRÁS de Paris, com salário mensal da ordem dos 8 (oito) mil dólares, com direito à casa mobiliada, verba de alimentação, automóvel, gasolina, motorista, assessores, passagens aéreas entre o Brasil e a França.

Ora, Senhor Presidente, não quero entrar no mérito dos altos salários, vantagens e mordomias a que teria direito o Sr. Aquino, embora sejam para mim motivo de verdadeiro assombro, quando se sabe que dos 500 mil trabalhadores do serviço público brasileiro, cerca de 80 por cento ganham menos do que dois salários mínimos.

Ou quando se sabe que o funcionalismo civil da União vem sendo extorquido no seu poder aquisitivo, com substanciais perdas reais de salários, nos últimos 5 anos, e mormente do ano passado para cá, em razão de uma política funcional extremamente perversa, levada a efeito pelo Patrão-Governo.

O que me permito interpelar, e que entendo ser do meu direito, deste Congresso Nacional, e de toda a sociedade saber, é o seguinte:

1) É verdade que o Sr. Aquino é funcionário da PETROBRÁS?

2) Se for, qual o seu salário, quais as vantagens que usufrui, a que mordomias tem direito?

3) Quais as tarefas, funções e responsabilidades do Sr. Aquino no escritório da PETROBRÁS em Paris?

4) Como ele vem cumprindo essas funções e tarefas?

5) Há situação funcional semelhante, inclusive nos planos de vencimentos, vantagens e mordomias, para outros funcionários da PETROBRÁS?

6) Quem o indicou para o cargo?

É importante, Sr. Presidente, que nos passe todas essas informações, e mais as que julgar convenientes, para o melhor esclarecimento sobre o assunto.

E se assim se solicita, é porque o temos visto com muita frequência (e a imprensa tem igualmente noticiado) pelos corredores deste Congresso Nacional, empenhadíssimo na campanha presidencial do Sr. Paulo Salim Maluf.

Já por ocasião da votação da emenda Dante de Oliveira, ele aqui permaneceu por vários dias, arti-

culando a derrota da emenda, o que até seria do seu direito como cidadão, mas que — certamente — não correspondente à possíveis funções, quaisquer que sejam, na estatal que V. Exª preside.

Na atualidade, na data de hoje mesmo, os jornais noticiam que o Sr. Aquino estaria hospedado (ou morando?) na casa do Sr. Maluf, sendo que sua última missão, no caso, foi torpedear a prévia proposta pelo ex-Presidente do PDS, José Sarney, para escolhê-la, nas bases do partido oficial, do seu candidato à presidência.

A penosa impressão que temos é a de que o Sr. Aquino está sendo pago pela PETROBRÁS — o que vale dizer pelo dinheiro público — para fazer a campanha do Sr. Maluf.

Como talvez V. Exª desconheça os fatos — apesar de sua notoriedade e publicidade — nos apressamos em transmiti-los, para as providências que forem necessárias e cabíveis, se for o caso.

Na expectativa de sua breve resposta, agradeço e nos firmamos.

Atenciosamente. — **Nelson Wedekin**, Deputado Federal.

Sr. Presidente, não tenho muitas esperanças de que esta carta que enviarei às três autoridades seja respondida, mas eu creio que as andanças do Sr. Aquino por esta Casa, como uma espécie de cabo eleitoral de luxo do Sr. Paulo Salim Maluf, pago em dólares com o dinheiro público, e funcionário da PETROBRÁS, não poderiam passar em silêncio sem esse registro que aqui fazemos, e o fazemos de público exatamente para que esta Casa tenha conhecimento e a sociedade por igual.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

**O SR. FRANCISCO AMARAL** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A verdadeira praga que representou o surgimento do “bicudo” nas lavouras algodoeiras brasileiras, como já afirmamos outras vezes desta tribuna, ainda recentemente, mereceu um tratamento e atenção especialíssimos do Governo de São Paulo. A cultura do algodão, em terras paulistas, uma das fontes da economia de São Paulo, teve na ação pronta e eficaz da Secretaria de Agricultura de São Paulo, à frente da qual se acha a eficiência, capacidade e mocidade do Deputado Estadual Nelson Mancini Nicolau.

#### Índices observados de infestação pelo bicudo

	Nula ou muito baixa	Baixa	Média	Alta	Altíssima
	0 a 4%	5 a 10%	11 a 20%	21 a 30%	mais de 30%
% de produtores	29,8	33,6	29,3	6,2	1,1
nº de pulverizações	5,4	5,1	6,4	7,1	4,3

Em cerca de 40% da área foram atribuídas perdas de 5%, devidas à ocorrência de bicudo e de 10% causadas pela seca de janeiro e fevereiro.

Considerando-se que a área total plantada com algodoeiro no Estado foi estimada em 238.139ha, com previsão de rendimento médio de 1.800kg/ha, a região infestada corresponde a 23,4% da área total e produziu no presente ano 28,4% do algodão paulista.

Essa produção corresponde ao valor de Cr\$ 105.365.000.000,00, cuja colheita rendeu para os co-

E graças à ação citada, perspectivas animadoras surgiram em São Paulo, na maneira de combate ao “bicudo”, sem se apelar para a medida extrema da erradicação das lavouras de algodão do Brasil, como chegou a pregar o próprio Ministério da Agricultura. Seria uma perda considerável dita erradicação, o que foi contornado com inteligência e propriedade pelos técnicos da Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Aguardam-se, agora, apenas as providências indispensáveis na esfera federal para que a ação benfazeja da Secretaria da Agricultura de São Paulo, no combate ao “bicudo” se estenda por toda a Nação, já que a praga disseminou pelas culturas nacionais.

Para conhecimento dos colegas do que realizou São Paulo no eficaz combate ao “bicudo”, deixamos transcrito aqui, inclusive para os Anais do Congresso, o trabalho oficial de São Paulo, no assunto, conforme relatório que nos foi enviado e de texto seguinte:

#### Ação da Secretaria

Com o término da atual safra algodoeira de São Paulo, a primeira após a incidência do “bicudo”, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento já encaminhou, ainda em abril, ao ministro Nestor Jost, um relatório detalhado das atividades de controle dessa praga e um programa básico para que os agricultores paulistas possam continuar plantando algodão, sem prejuízo das medidas de controle e erradicação desse inseto.

Com base nas medidas de controle adotadas na safra recém-finda, foi possível não só provar que a cultura do algodão continua viável em todo o Estado de São Paulo como o rendimento médio obtido por hectare cresceu em relação a safras anteriores. Os dados mostram que, no ano algodoeiro 83/84, foram colhidas em média 145,45 arrobos, ou seja, 2.182 quilos por hectare, contra um rendimento de 1.918 quilos por hectare na safra anterior (127,85 arrobos).

#### Índices de infestação do bicudo observados

Nas duas Divisões Regionais Agrícolas onde ocorre a infestação do bicudo, os índices observados foram no geral baixos, graças a uma campanha de esclarecimento e de controle de pulverizações que trouxe bons resultados, conforme o quadro seguinte:

lhedores (pessoas pertencentes à camada social mais pobre) Cr\$ 8.105.000.000,00.

Proporcionou ainda, o recolhimento ao credor de Cr\$ 20.140.000.000,00 de ICM e de Cr\$ 2.634.100.000,00 de FUNRURAL. Assegurou também, matéria-prima para as indústrias têxteis, cerca de 43.770t de pluma, no valor atual de Cr\$ 107.960.000.000,00, assim como 63.200t de caroço para as indústrias de óleo no valor de Cr\$ 10.535.000.000,00 e mantém em funcionamento 21 máquinas de beneficiamento de algodão.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas que contribuíram decisivamente para obtenção daqueles resultados, indicamos em seqüência, aquelas de maior destaque:

### 1. Monitoramento da praga através de armadilhas:

#### 1.1. Armadilhas instaladas:

— Área Infestada: 369 — com maior concentração na Área Suspeita.

— Faixa de Segurança: 728 — 03 em cada 10km de estrada.

— Área Indene: 3.578 — na base de 01 para cada 40ha, havendo maior concentração numa faixa de 60 a 100km de largura, próximo à faixa de contenção (1/15ha). Foram realizadas no período de dezembro/83 a março/84, 57.097 visitas às armadilhas.

#### 1.2. Captura de adultos:

Houve captura em apenas um município dos 14 da Área Suspeita, observando-se uma maior concentração em aproximadamente 15 dos 48 municípios da Região Infestada.

Vinte dos 78 municípios da Faixa de Segurança, acusaram capturas de adultos.

A possibilidade de saída de bicudo da Faixa de Segurança não deve ser ignorada. Foram identificados quatro pontos de possível saída por migração para a Área Indene: Região de São Pedro — Brotas — Dois Córregos, Região de Bofete — Pardinho, Região de Lindóia-Itapira e Região de Araçoiaba da Serra — Salto de Pirapora. Os locais correspondentes recebem atenção especial, intensificando-se a campanha pró destruição dos restos da cultura, logo após a colheita, e aumentando-se a densidade de armadilhas.

### 2. Distribuição de sementes:

O expurgo das sementes produzidas em São Paulo recebeu especial atenção. A Região Infestada recebeu para plantio, preferencialmente, sementes da variedade IAC 17, por ser de ciclo mais rápido. O plantio foi concentrado no período de 30 dias, a partir de 20 de setembro, sendo controlado através da venda das sementes.

### 3. Campanha de divulgação:

Entre Documentos e Comunicados Técnicos, num total de cinco, foram elaborados e distribuídos 9.400 exemplares. Entre Volantes e **Folders** para produtores, produziram-se e distribuíram-se cerca de 60.000 exemplares, assim como, 60 coleções de slides, 192 comunicados foram veiculados por 9 emissoras, e 2 filmes foram usados em campanhas de esclarecimentos para televisão.

### 4. Pesquisas realizadas:

Monitoramento realizado em áreas comprovadamente infestadas no ano anterior, com ou sem algodão em 1983/84, evidenciou alto índice de capturas durante o mês de outubro, que caiu progressivamente até final de janeiro. Houve aumento gradual a partir de fevereiro. Em estudo de longevidade verificou-se sobrevivência de até 231 dias em regime de pólen de **Hibiscus** e até 177 dias com dieta de banana. Observações de campo permitiram avaliação comparativa dos materiais de melhoramento do Instituto Agrônomo de Campinas, em face à infestação pelo bicudo. Foram realizados também, estudos biológicos com o inseto, em laboratório, e de combate à praga por meios químicos em condições de campo.

### 5. Fiscalização em propriedades com algodão e máquinas de beneficiamento:

Foram vistoriadas, periodicamente, 5.097 propriedades agrícolas com cultura de algodão, totalizando 12.751 vistorias.

As 78 máquinas de beneficiamento receberam vistorias, durante as quais foi dado conhecimento

da obrigatoriedade da queima de resíduos com escolla e aprovação por parte da CETESB do local apropriado para essa tarefa. As máquinas da Região Infestada receberam instruções complementares quanto à obrigatoriedade do expurgo de sacaria e do caroço de algodão, cuja fiscalização se estenderá até o final da safra 83/84.

Dentro desses enfoques e face às informações e constatações proporcionados pelas várias ações desenvolvidas, o grupo técnico de combate ao bicudo desta Pasta, pôde esquematizar uma estratégia para fundamentar as adaptações necessárias à adequação do plano para os próximos anos, conforme o anexo "Análise e Reformulação do Plano de Combate ao Bicudo do Algodoeiro nas Divisões Regionais Agrícolas de Campinas e Sorocaba do Estado de São Paulo".

O Plano reformulado foi unanimemente aprovado por todos os segmentos da cotonicultura paulista em reunião realizada com representantes das seguintes entidades: FAESP, SRB, Sindicato Nacional da Indústria Têxtil, Bolsa de Mercadorias, FUNDEAL, Sindicato de Extração de Azeite e Óleos Vegetais do Estado de São Paulo, OCESP, DFA-DEMA-SP, ANDA, AMBA, AEAESP, bem como de Prefeitos da região envolvida.

O apoio dessas entidades demonstra a abrangência dos interesses envolvidos no problema. De outra parte, evidencia a ansiedade por uma pronta definição do assunto a tempo de se planejar a próxima safra, dependente de vários aspectos (fixação dos contratos de arrendamento, compra de insumos e implementos, financiamentos, seguros etc.), todos de grande importância para o sucesso de empreendimentos que envolvem vultosos recursos financeiros.

Além do Plano, reformulado, outras medidas mais urgentes devem ser tomadas, pois são de aplicação imediata, quais sejam:

— reeditar a Portaria Ministerial nº 207 de 10-8-83 no que diz respeito à liberação de plantio nas áreas infestada e suspeita.

— editar Portaria determinando o arrancamento e queima das soqueiras de algodão das áreas infestada e suspeita até 31-5-84.

— reedição das circulares nºs 814, 824 do Banco Central do Brasil, assegurando estímulo especial à formação de outras lavouras nas áreas interditadas (faixa de segurança), nas suspeitas e nas infestadas, cujos municípios serão relacionados a partir de 31-5-84, facultando-se:

1 — Deferimento de empréstimo para a finalidade, até 100% do VBC, ou do orçamento da lavoura substitutiva.

2 — Indenização correspondente ao valor de 20% da expectativa de rendimento da lavoura de algodão, considerando-se:

2.1 — preços mínimos vigentes na época da comercialização;

2.2 — produtividade média da região com áreas exploradas no ano precedente;

2.3 — áreas em que se plantou algodão, proveniente interditadas para a safra 84/85, ou aquelas interditadas na safra 83/84.

Por fim, colocamos à disposição do Ministério da Agricultura todos os elementos que possam ser necessários bem como os nossos técnicos de modo a garantir os esclarecimentos que levem à consecução dos maiores interesses de toda a coletividade algodoeira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilton Garcia.

**O SR. GILTON GARCIA (PDS — SE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O PDS vive momentos de perplexidade diante de inesperada renúncia do ilustre Senador José Sarney. Grassa entre nós o germe da desunião, justo no momento em que o Partido mais precisa de coesão e unidade.

Já está convocado o Diretório Nacional do PDS para o próximo dia 25, com a finalidade de eleger o seu novo Presidente. E dentre os nomes capazes de fixar diretrizes, imprimir sentido de unidade, coordenando às diversas correntes que brotam do seio do partido, creio despontar o do ex-governador Augusto Franco.

Homem conceituado perante o País, nas suas atividades públicas e privadas, de larga experiência política, posto que Senador, Deputado Federal em várias legislaturas e ex-governador do Estado de Sergipe tem condições naturais de liderança para fazer com que o PDS se una em torno do seu programa, e dos seus objetivos políticos.

Ademais, a vitória do nosso Partido em Sergipe nas eleições de novembro de 1982 (conquistamos 250 mil votos contra 75 mil dados ao PMDB em todo o Estado), sob a orientação política do Deputado Augusto Franco, é um testemunho eloqüente de sua capacidade de aglutinação e de comando sereno, mas firme e pragmático. Tem ele, portanto, as condições necessárias ao desempenho de tão relevante e espinhosa missão, já que é também membro do Diretório Nacional do PDS e participa de sua Executiva.

Nesta hora, por igual é relevante destacar, o nosso partido precisa de um homem público descompromissado com os nomes lançados à sucessão presidencial, e o ex-governador Augusto Franco tem mantido a isenção necessária capaz de fazê-lo credor da admiração e do respeito de todas as correntes do PDS.

A hora é de união. A Nação está aflita e angustiada, diante dos graves problemas políticos, sociais e econômicos que enfrenta. Se não fomos capazes de devolver ao povo o legítimo direito de escolher diretamente o seu Presidente da República, pelo menos conservemos nossa unidade interna, como Partido majoritário no Congresso Nacional.

E é em nome dessa unidade que o PDS deve dispor do nome do Deputado Augusto Franco, que demonstrou saber administrar as divergências internas, os pontos de vista discordantes, naturais e aceitáveis num partido que se quer democrático.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dirceu Carneiro.

**O SR. DIRCEU CARNEIRO (PMDB — SC.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a bancada do PMDB de Santa Catarina, com assento na Câmara dos Deputados, decidiu por unanimidade hipotecar integral solidariedade ao movimento de paralisação dos professores e funcionários das universidades federais, dos médicos-residentes, e dos servidores civis da União.

Denunciam a insensibilidade e a intransigência do Governo em abrir canais para o diálogo e a negociação, assim como a sua vergonhosa submissão à cartilha do FMI e dos banqueiros estrangeiros, que submete os trabalhadores do serviço público e os brasileiros em geral a pesados e intermináveis sacrifícios, para saciar o apetite e a ganância da agiotagem internacional.

Não aceitamos o argumento de que não há recursos para atender às reivindicações dos servidores civis, pois é sabido que o Governo terá, ao longo deste ano, um excesso de arrecadação da ordem dos 10 trilhões de cruzeiros e, além disso, recursos há para mordomias, viagens de autoridades, inclusive o Presidente, e para tapar os imensos buracos deixados pelos cotidianos estouros de finanças e cadernetas de poupança.

Comprometem-se a dar, no Congresso Nacional, eco às manifestações e às reivindicações do funcionalismo, e de com eles articular a resistência contra o arrocho, o empobrecimento e a fome.

Ao assim se manifestar, reiteram o apoio aos movimentos dos servidores civis, e se colocam à disposição e ao lado dos mesmos, pela continuação da luta justa e legítima que empreendem.

Sr. Presidente, seguem-se as assinaturas de toda a Bancada federal do PMDB de Santa Catarina: Deputado **Casildo Maldaner** — Deputado **Ivo Vanderlinde** — Deputado **Luiz Henrique** — Deputado **Nelson Wedekin** — Deputado **Odilom Salmoria** — Deputado **Renato Vianna** — Deputado **Walmor de Luca** — Deputado **Dirceu Carneiro**, Coordenador.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Rollemberg.

**O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG** (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, antes de adentrarme no assunto que me traz à tribuna, nesta manhã, quero soltar-me com o nobre Deputado Gilton Garcia que, em boa hora, lança o nome do ex-Governador Augusto Franco, atualmente nosso colega Deputado, à Presidência do Partido Democrático Social.

O nobre Deputado Augusto Franco tem larga folha de serviços prestados ao meu Estado e ao País e, pelas funções públicas que ocupou, está plenamente credenciado para o exercício deste mandato. Tenho certeza de que, se eleito Presidente do Partido Democrático Social, há de dar a esse Partido a tranqüilidade necessária para que possamos todos, de uma vez por todas, unir o Partido em torno de um nome que possa ser o candidato da unidade nacional. Por este motivo, Sr. Presidente, associo-me àquela indicação, e não somente em meu nome, mas em nome dos sergipanos que represento nesta Casa.

Sr. Presidente, o assunto que me traz à tribuna são as reivindicações dos citricultores sergipanos.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

O suco de laranja, quarto produto na pauta das exportações brasileiras, pode oferecer ao Nordeste, tradicionalmente vocacionado para a fruticultura, possibilidades de incremento no plantio de frutas cítricas; desde que haja uma adequação da política de crédito rural, em benefício do setor e da região.

Nesse sentido, o Governo sergipano tem desenvolvido esforços, a fim de que sejam superadas as atuais dificuldades, eliminados os instrumentos que inibem a expansão da lavoura produtora de alimentos, como é o caso da elevação das taxas de juros e da redução dos recursos financeiros destinados ao crédito agrícola.

Há, em Sergipe, capacidade de resposta do setor agropecuário aos estímulos oficiais, garantida, mesmo com margens reduzidas de rentabilidade, a sobrevivência dos que se dedicam às diversas atividades do setor primário.

No que tange à fruticultura, os efeitos das secas resultam em oito por cento de morte de plantas adultas; cinquenta por cento da perda da safra temporã; redução de prática de adubação e diminuição do custeio agrícola; finalmente, descapitalização do citricultor sergipano. Apesar desses percalços, o setor contribuiu significativamente para a arrecadação do ICM, ocupando o segundo lugar, enquanto o Estado mantinha a posição de maior produtor de laranjas do Nordeste e segundo do Brasil, tendo na exploração de **citrus** uma das principais atividades agrícolas do Estado, a mais importante no setor das exportações, dela dependendo cerca de cinco mil pessoas.

Com nove milhões de árvores, Sergipe produziu nove milhões e setecentas mil caixas de quarenta quilos e oitocentos gramas, na safra 1981/82, destinando oitenta por cento ao suprimento de outros mercados, quinze por

cento para duas indústrias locais, com capacidade de absorção de cento e vinte mil toneladas cada uma.

Para sustentar o desenvolvimento da citricultura sergipana e ampliar a área plantada — havendo ainda vinte e quatro mil hectares para esse fim — impõe-se a abertura do crédito rural para fundação de novos pomares; crédito para replantio com a capacidade de pagamento dos pequenos produtores rurais; manutenção do crédito para custeio de pomares; ampliação do prazo de reembolso do custeio.

Observe-se que os recursos aplicados com a adubação e tratos culturais só produzem resultados dez meses depois da floração, e, assim, o retorno de parte do empréstimo de custeio em cinco ou seis meses descapitaliza o citicultor. Assim, o prazo para pagamento dos empréstimos para manutenção dos laranjais deve ser, no mínimo, de um ano.

Esperamos que as autoridades econômicas e financeiras atendam a essas reivindicações da citricultura sergipana.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS** (PDS — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente: É hora de o PDS e o País aproveitarem melhor o nobre Deputado Augusto Franco. O nobre Deputado Gilton Garcia tem razão. É uma proposta não somente inteligente, competente, como sobretudo patriótica essa que o nobre Deputado Gilton Garcia acaba de fazer de conduzirmos o nobre Deputado Augusto Franco, um dos homens mais notáveis, um dos líderes mais notáveis deste País à Presidência do PDS. Por quê? Porque Augusto Franco, em todos os cargos que desempenhou, em tudo que lhe foi atribuído neste País, sempre se saiu com competência, com demonstrações de probidade, de entendimento, de diálogo e com patriotismo.

É hora de Augusto Franco ter mais condições de emprestar uma contribuição maior ao País, como ele pode. E à frente do PDS a sua serenidade, a sua competência, o seu patriotismo irão prevalecer a ponto de ele, sim, levar o Partido à unidade e fazer com que nós, do PDS, todos, tenhamos os meios de ultrapassar esses obstáculos que estão sendo colocados à nossa frente, neste momento em que o PDS, efetivamente, irá subir ao poder, com a eleição de um dos seus membros para a Presidência da República, onde certamente, sob o aspecto político, sob a ótica política, verá o País organizado, trazendo a adesão popular para o governo pedessista que se inaugurará a 15 de março de 1985, a fim de resgatar os compromissos que todos nós fizemos com a Nação, e que não nos foi possível antes cumprir pelas razões que todos nós, políticos, conhecemos — as razões da marginalização, do esvaziamento do político brasileiro, do esvaziamento, sobretudo, do político pedessista.

Com muito prazer, Sr. Presidente, eu quero aplaudir, apoiando o Deputado Gilton Garcia nessa sua proposta muito feliz. É um fato auspicioso para a Nação apontar o nome do Deputado Augusto Franco, que tão grandes e relevantes serviços vem prestando à Pátria, para a Presidência do PDS, a fim de uni-lo e levá-lo à vitória nas eleições próximas para a Presidência da República.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

**O SR. ADAIL VETTORAZZO** (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e ilustres Congressistas:

Eu estava em meu gabinete — e confesso aos Srs. que foi uma corrida para chegar a este plenário em tempo hábil — quando ouvi o ilustre Deputado Nelson Wedekin

apresentar, como de direito lhe cabe, um requerimento de informações dirigidas ao Sr. Presidente da PETROBRÁS, sobre a situação funcional do Sr. Heitor de Aquino.

É evidente, Sr. Presidente, que ao parlamentar cabe o direito de formular requerimentos, como esse apresentado pelo ilustre Deputado da Oposição. Sem termos, contudo, procuração nem do Sr. Presidente da PETROBRÁS, nem do Sr. Heitor de Aquino, por ser fato notório, gostaríamos de responder às indagações formuladas pelo nobre Deputado Nelson Wedekin.

O Sr. Heitor de Aquino está, como a imprensa divulgou, afastado de suas funções da PETROBRÁS e não recebe, nesses dias, um só centavo dessa empresa estatal. Ele, que é uma das mais lúcidas inteligências dos meios políticos, pelo idealismo que costuma presidir as suas atitudes, houve por bem abraçar, como tantos outros, como a maioria desta Casa, a candidatura de Paulo Maluf. Embora, evidentemente, isso lhe custe muitos sacrifícios de toda ordem, idealista como é, ele juntou-se a uma plêiade de homens do PDS que objetivam dar realmente ao nosso País, uma administração dinâmica, que objetiva dar ao nosso País um desenvolvimento social pelo qual todos nós lutamos, também.

A presença, pois, de Heitor de Aquino dentro desta Casa, nos corredores da Câmara e do Senado, é acima de tudo atestado de que os homens se somam em favor das grandes causas. E a grande causa de Heitor de Aquino outra não é se não a de todos nós, a de darmos ao Brasil um Presidente em tempo integral de darmos ao povo brasileiro a certeza de que voltaremos a crescer, a de dar à gente mais humilde desta terra a esperança de dias melhores no futuro que está por chegar.

Portanto, Sr. Presidente, respondendo ao ilustre Deputado Nelson Wedekin, o Sr. Heitor de Aquino está afastado de suas funções, trabalhando em favor da candidatura de Paulo Maluf, como tantos outros, que aqui estão neste Plenário, e outros também que estão na retaguarda dessa candidatura, dentro de uma postura acima de tudo cívica, dentro de uma postura e de uma ordem de fazer deste País uma Nação mais próspera, mais feliz, mais humana e mais cristã. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

**O SR. FRANCISCO DIAS** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a vitória da inteligência, da competência e das pessoas moderadas que trabalham e constroem voltadas para o bem comum, sem se importarem com os radicalismos que têm provado, não levarão quem quer que seja a algum lugar.

Podemos observar tudo isso ultimamente com dois fatos importantes que se deram no Estado de São Paulo. A primeira foi a vitória da chapa um do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos.

Uma chapa se apresentava buscando de todas as formas, através de radicalismos, despertar nos metalúrgicos, o seu voto, apresentando um quadro dantesco e extremo.

Do outro lado, a chapa um, com uma diretoria dinâmica, trabalhadora, construtiva, sem qualquer tipo de radicalismo, porém mostrando serviço, consciente e digna, foi guindada ao posto novamente, como prova de honradez e dignidade.

À chapa um meus parabéns!

Coloco-me às ordens para ajudá-la a continuar o grande e valoroso trabalho que vem desenvolvendo em prol da comunidade metalúrgica de Guarulhos e região.

E há outro fato mais recente ainda ocorrido na Cidade de Santos: a eleição do Dr. Oswaldo Justo a Prefeito daquela cidade.

Venceu a dignidade, a serenidade, a lhanesa, o bom senso, a calma, a inteligência e a moderação do inclito

Dr. Oswaldo Justo, irmão do Deputado Estadual Emílio Justo, outro companheiro extraordinário.

Não adianta radicalismo. O que adianta é trabalho, é luta, é a dignidade do trabalhador.

Estes fatos nos ensinam uma lição: abaixo os radicais e viva os moderados, os autênticos, os trabalhadores.

Vivemos uma época, que exige dos homens uma reflexão maior. Primeiramente, a grandeza do bem comum e depois, as "demais coisas serão acrescentadas".

Parabéns aos novos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos!

Parabéns ao Dr. Oswaldo Justo e ao Vice-Prefeito Tarquínio Neto!

Parabéns, enfim, Santos, pela brilhante mostra de democracia, elegendo este gigante do PMDB, o Dr. Oswaldo Justo!

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Está encerrada o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Foram encaminhados à Presidência proposta de emenda à Constituição versando sobre matérias análogas às das propostas nºs 33 e 41, de 1984, já em tramitação.

Nos termos do § 5º do art. 124 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, segundo subsidiário do Regimento Comum, a Presidência determina a anexação, às propostas em andamento, das propostas de emenda à Constituição que serão lidas pelo Senhor Primeiro-Secretário.

São lidos as seguintes

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 1984

**Dispõe sobre a concessão, aos servidores civis e militares da União, de uma gratificação especial natalina.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. Os servidores civis e militares da União receberão, anualmente, uma gratificação especial natalina, cujo valor será igual ao da remuneração do mês de dezembro do mesmo ano.

#### Justificação

Paira sobre o servidor público fardado e paisano uma grande e grave injustiça, no tocante à gratificação natalina. Se não, vejamos: às vezes, no mesmo prédio, na mesma sala, trabalhando o mesmo tanto, com igual dedicação, dois brasileiros. Um, regido pelo Estatuto do Funcionário Público. O servidor estatutário. O outro, pela CLT, o chamado celetista. Este tem direito, em dezembro, a mais um salário. O estatutário, não, como se vivessem realidades diferentes, mundos diversos. Para que o estatutário possa se refazer das agruras sofridas com a dura corrosão da inflação em seu salário durante o ano, nada mais justo que conceder-lhe, em igualdade de condições com o funcionário celetista, uma gratificação especial de natal, no valor igual ao da remuneração do mês de dezembro do mesmo ano.

Para conseguir esse objetivo, espero contar com o apoio e a compreensão dos Senhores Deputados e Senadores, sanando assim a discrepância existente numa mesma classe.

DEPUTADOS: Ary Kffuri — Antônio Dias — Norton Macedo — Fabiano Braga Cortes — Epitácio Cafeteira — Nilson Gibson — Eduardo Galil — Maurício Campos — Jorge Uequed — Gomes da Silva — Floriceno Paixão — Prisco Vianna — Otávio Cesário — José Carlos Martinez — Nasser Almeida — Abdias do Nascimento — Agnaldo Timóteo — Inocêncio Oliveira — Theodoro Mendes — Carlos Peçanha — Guido Moesch — José Burnett — Antônio Farias — Mário Assad — João Gilberto — Pedro Sampaio — Octacílio de Almei-

da — Roseburgo Romano — Nadyr Rossetti — Wilson Falcão — Nylton Velloso — Luiz Dulci — Albérico Cordeiro — Sérgio Ferrara — Celso Peçanha — Casildo Maldaner — Borges da Silveira — Marcos Lima — Rosa Flores — João Divino — Coutinho Jorge — Oscar Alves — Gomes da Silva — Figueiredo Filho — Ludgero Raulino — Léo Simões — Simão Sessim — Maçao Tadano — Celso Sabóia — Júlio Martins — Renato Johnsson — Gilton Garcia — Bonifácio de Andrada — Orestes Muniz — Fernando Collor — Osvaldo Nascimento — Osvaldo Melo — Heráclito Fortes — Ciro Nogueira — Jorge Cury — José Colagrossi — Paulo Marques — Antônio Pontes — Ruy Lino — Carlos Vinagre — Rondon Pacheco — José Carlos Teixeira — Fernando Magalhães — Nelson Morro — Roberto Rollemberg — Pedro Germano — Darcy Pozza — Ítalo Conti — José Luiz Maia — Flávio Bierrembach — Eraldo Tinoco — Marcelo Linhares — Joacil Pereira — José Moura — Dionísio Hage — Elquisson Soares — Daso Coimbra — Israel Dias-Novae — Wildy Vianna — Diogo Nomura — Brabo de Carvalho — Ronaldo campos — Cardoso Alves — Francisco Dias — Haroldo Sanford — Furtado Leite — Pimenta da Veiga — Djalma falcão — Wilson Vaz — José Uliisses — Sérgio Cruz — Bayma Júnior — Marcelo Medeiros — Paulo Borges — Jessé Freire — Nyder Barbosa — Moacir Franco — Harry Amorim — Odilon Salmoria — Victor Faccioni — Leur Lomanto — Cristina Tavares — Gorgônio Neto — Adroaldo Campos — Jorge Arbage — Jackson Barreto — Ossian Araripe — Mozarildo Cavalcanti — Santos Filho — Edison Lobão — Irapuan Costa Jr. — Paulo Guerra — Armando Pinheiro — Ruy Bacelar — Carlos Sant'Anna — Wall Ferraz — Renato Bernardi — Siqueira Campos — Saramago Pinheiro — Mário Frota — Gastone Righi — Juarez Baptista — Carlos Eloy — Osvaldo Trevisan — Sebastião Ataíde — Irajá Rodrigues — Airtton Soares — Leonne Belém — Hamilton Xavier — Luiz Leal — Tobias Alves — Eurico Ribeiro — José Ribamar Machado — José Carlos Fagundes — Cristino Côrtes — Milton Brandão — Melo Freire — Mário Juruna — Amaral Netto — Bete Mendes — Djalma Bessa — Roberto Freire — Celso Barros — Egídio Ferreira Lima — Luiz Henrique — Assis Canuto — João Carlos de Carli — Moysés Pimentel — Homero Santos — Jutahy Júnior — Walber Guimarães — Hélio Manhães — Jorge Carone — Lélío Souza — Santinho Furtado — Celso Amaral.

SENADORES: — Altevir Leal — Guilherme Palmeira — Raimundo Parente — Jorge Kalume — Almir Pinto — João Lúcio — Galvão Medesto — Humberto Lucena — Itamar Franco — Gastão Müller — Marcondes Gadelha — Passos Pôrto — Nelson Carneiro — Fábio Lucena — Carlos Chiarelli — Claudionor Roriz — Eupice Michiles — Murilo Badaço — José Lins — Alberto Silva — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Oda-cir Soares — Carlos Alberto — Hélio Gueiros.

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, de 1984

**"Altera a redação do § 2º do art. 147, da Constituição Federal."**

Art. 147, § 2º, com a seguinte redação:

"Art. 147. ....

§ 2º Os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais e os efetivos das polícias militares estaduais e dos Corpos de Bombeiros."

#### Justificação

Não há uma razão válida para se retirar dos policiais militares, qualquer que seja seu posto ou graduação, o

direito de se alistarem eleitores e, assim, exercerem o direito do voto.

Na forma do art. 13, § 4º, da Constituição, as polícias militares são consideradas forças auxiliares ou da reserva do Exército. Não são forças do Exército e nem integram o Exército. Eles são membros da polícia, são policiais, portanto, só que andam fardados.

Se a polícia civil não é óbice para que seus membros possam alistar-se eleitores e votar, também o fato de ser policial militar não deve ensejar uma restrição em seu direito de cidadão.

Esse o motivo da presente Emenda à Emenda Constitucional nº , de 1984.

DEPUTADOS: Jorge Leite — Henrique Eduardo Alves — Leônidas Rachid — Gilson de Barros — Paulo Lustosa — Wildy Vianna — Celso Barros — Vieira da Silva — Heráclito Fortes — Nilton Alves — Jorge Cury — Roseburgo Romano — Geovani Borges — Dante de Oliveira — Arnaldo Maciel — Carlos Wilson — Márcio Lacerda — Agnaldo Timóteo — Jorge Arbage — Irapuan Costa Júnior — Clemir Ramos — Délio dos Santos — Sebastião Nery — Matheus Schmidt — José Colagrossi — Ronaldo Campos — Mário Frota — Cardoso Alves — Paulo Mincarone — José Carlos Vasconcelos — Paulo Marques — José Burnett — Milton Figueiredo — Wilson Falcão — Mauro Sampaio — Sebastião Rodrigues Jr. — Fernando Cunha — Luiz Antônio Fayet — Odilon Salmoria — Fernando Collor — Orestes Muniz — Paulo Borges — Renato Cordeiro — Roberto Rollemberg — José Fogaça — Ney Ferreira — Antônio Osório — Carlos Sant'Anna — Roberto Jefferson — Casildo Maldaner — Orlando Bezerra — Jorge Carone — Siegfried Heuser — Luiz Henrique — José Tavares — Navarro Vieira Filho — José Thomaz Nonô — Arthur Virgílio Neto — Domingos Leonelli — Jarbas Vasconcelos — Jorge Uequed — Hélio Duque — Magno Bacelar — Celso Peçanha — Gomes da Silva — Jonas Pinheiro — João Alberto Souza — Múcio Athayde — Sinval Guazzelli — Mário Hato — Ciro Nogueira — Cláudio Philomeno — Ossian Araripe — Sérgio Murilo — Gorgônio Neto — Iturival Nascimento — José Carlos Teixeira — Nyder Barbosa — Carneiro Arnaud — Thomaz Coelho — Tobias Alves — Albino Coimbra — Aluizio Bezerra — Antônio Câmara — Hélio Manhães — Carlos Mosconi — José Carlos Fagundes — Saulo Queiroz — Raymundo Urbano — Márcio Santilli — Nelson do Carmo — Jackson Barreto — Juarez Bernardes — João Gilberto — Stélio Dias — Celso Amaral — Fernando Carvalho — Victor Faccioni — Oscar Alves — Aldo Pinto — Balthazar de Bem e Canto — Theodorico Ferraço — Gustavo Faria — Antônio Moraes — Nadyr Rossetti — Leonne Belém — Miguel Arraes — Olivir Gabardo — Paulo Guerra — Osvaldo Nascimento — Jessé Freire — Marcelo Linhares — Floriceno Paixão — Daso Coimbra — Sérgio Moreira — Walmor de Luca — Gerson Peres — Antônio Gomes — Armando Pinheiro — José Fernandes — Airtton Sandoval — Del Bosco Amaral — Valmor Giavarina — Alcides Lima — Denisar Arneiro — Wall Ferraz — Myrthes Beviláqua — Sérgio Cruz — Walber Guimarães — José Mello — Fernando Santana — Mansueto de Labor — Elquisson Soares — Ibsen Pinheiro — Luiz Guedes — Israel Pinheiro — Jayme Santana — Raymundo Asfóra — Randalfo Bittencourt — Milton Brandão — Jacques D'Ornellas — Irajá Rodrigues — Sérgio Lomba — Guido Moesch — Evaldo Amaral — Ruy Bacelar — Manoel Ribeiro — João Hermann — José Lins de Albuquerque — Bocayva Cunha — José Uliisses — Nelson Wedekin — Francisco Sales — Agenor Maria — Darcílio Ayres — Márcio Braga — Israel Dias-Novae — Egídio Ferreira Lima — Aluizio Campos — Geraldo Melo — Renato Loures Bueno — Raul Ferraz — José Mendonça de Mo-

rais — Inocêncio OLiveira — Amaury Müller — Aldo Arantes — Manoel Gonçalves.

SENADORES: Humberto Lucena — Itamar Franco — Pedro Simon — Álvaro Dias — Henrique Santillo — Octávio Cardoso — Murilo Badaró — Milton Cabral — Fernando Henrique Cardoso — Passos-Pôrto — Raimundo Parente — João Calmon — Odacir Soares — José Ignácio Ferreira — Marcondes Gadelha — Mário Maia — Mauro Borges — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Martins Filho — Guilherme Palmeira — Lomanto Júnior — Fábio Lucena — Enéas Faria.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — As Propostas nºs 42 e 43, de 1984, que acabam de ser lidas, serão encaminhadas, respectivamente, às Comissões Mistas anteriormente designadas para emitir parecer sobre as Propostas nºs 41 e 33, de 1984.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joacil Pereira, como Líder.

**O SR. JOACIL PEREIRA** (PDS — PB. Pronuncia o seguinte discurso, como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Rapidamente uso desta tribuna, primeiro para contestar aquelas colocações que foram feitas na tribuna da Oposição contra o Dr. Heitor Ferreira de Aquino ..

**O Sr. José Genoíno** — Doutor? Capitão da reserva, funcionário da PETROBRÁS.

**O SR. JOACIL PEREIRA** — Pois que seja, um cidadão brasileiro, seja capitão, seja doutor, seja o que for, um cidadão brasileiro. A situação funcional dele é absolutamente legal. ele está afastado da PETROBRÁS por licença, para tratar de interesses particulares, sem vencimentos. É um direito que a lei lhe dá.

Estranho essa preocupação de certos setores com relação ao posicionamento de qualquer um de nós brasileiros, quando apóia a candidatura do nobre Deputado Paulo Salim Maluf. Ninguém diz coisa alguma quando há apoio às candidaturas do Sr. Ulysses Guimarães, do Sr. Leonel Brizola, do Sr. Aureliano Chaves e do Sr. Mário Andreazza. É uma idéia fixa de certos setores da Oposição, de certas camadas dirigirem as suas faixas envenenadas contra o nosso Deputado. Não é possível admitir de outra forma essa conduta, só pode ser uma idéia fixa, beirando, a uma certa anomalia, a um pavor que se apodera desse povo porque vê a possibilidade do Deputado Paulo Salim Maluf atingir, alcançar a Presidência da República. Esta era a primeira consideração que eu tinha a fazer na qualidade de Líder do partido, de plantão nessa sessão.

Por outro lado, cumpre-me parabenizar o nobre Deputado Gilton Garcia pela iniciativa feliz de lembrar, todos eles ilustres, dignos e honrados, a figura do Deputado Augusto Franco como possível candidato à Presidência do nosso Partido. Fora aquelas qualidades todas, de sensibilidade, de bom senso, de poder de liderança que já foram ressaltadas, aquele nobre Parlamentar tem uma folha de serviços prestados ao País das mais notáveis, tanto como Deputado Federal em várias legislaturas, ainda como Senador, como também na qualidade de ex-Governador do seu Estado, onde consolidou a sua liderança de maneira indiscutível dando, proporcionalmente, ao nosso Partido, a maior vitória do País, o que representa a sua competência, a sua habilidade política, pois governou sem ódio, sem perseguição a quem quer que seja, respeitando o direito dos adversários e fez uma boa administração. Saliento ainda um outro aspecto: ele está acima das paixões que hoje dominam os diversos grupos do nosso Partido; é um homem isento, um homem sereno, um homem capaz de unir e, no final de contas, tem um apreço todo especial, uma amizade especial pelo Pre-

sidente da República, João Baptista Figueiredo. Soman-do todas essas qualidades, essas características, essas virtudes cívicas, morais, administrativas e políticas, eu penso que é, realmente, um dos melhores nomes, senão o melhor nome que podia ser lembrado.

Congratulo-me, portanto, com o nobre Deputado Gilton Garcia, pela sua feliz lembrança embora o Partido tenha perdido a direção de um homem tão experiente e tão culto como o nobre Senador José Sarney. (Muito bem! Palmas.)

**O Sr. Hélio Duque** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Duque.

**O SR. HÉLIO DUQUE** (PMDB — PR Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas

Deve ser numa expectativa de angústia, realmente de desespero, que o Senhor Presidente da República assiste, nem sempre a defesa candente do seu governo e dos seus Ministros, através de parlamentares do seu Partido e mesmo do colegiado de Vice-Líderes do PDS. É uma demonstração inequívoca, Sr. Presidente, de que aqui nesta Casa, hoje, existe um partido político com perfil e característica própria, e este é o partido político do Sr. Paulo Salim Maluf. Um discurso do Deputado Nelson Wedekin foi merecedor de respostas sucessivas, tanto a nível de parlamentares como a nível da própria liderança do Partido Democrático Social.

Efetivamente, se o Major Heitor Ferreira de Aquino está ou não trabalhando na PETROBRÁS, não temos as condições aqui, de constatar e de o reafirmar, mas que no dia 18 de dezembro de 1983 ele era Diretor dos escritórios da BRASPETRO em Paris, o era. E eu tive a oportunidade, inclusive, de visitar em Paris, neste dia, o escritório da BRASPETRO, na Avenida Champs Elysees nº 66, 8º andar. E lá estava o Major Heitor Ferreira de Aquino, já naquela oportunidade no escritório e num feliz exílio em Paris, como um dos coordenadores da campanha do Sr. Paulo Salim Maluf.

Com muita lealdade, do modo com que faço política, Sr. Presidente, não nego o direito deste brasileiro de ter as suas opções, certamente merecedoras, mas em atestado ao que o Deputado Nelson Wedekin trouxe aqui, eu trago este testemunho de mim próprio de que com ele lá estive nesta condição de funcionário da BRASPETRO num feliz, faustoso e mórdomico exílio em Paris.

E vejam V. Ex<sup>s</sup>, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que a par de toda essa situação dramática em que vive hoje este País, em que a própria realidade partidária, de um modo geral, aqui, ali e acolá demonstra também perfis próprios de uma inequívoca demonstração da falsidade e da própria desestruturação dos partidos políticos deste País, ainda hoje ao lado do Governo, ouvimos e tivemos o cuidado de anotar o Deputado Siqueira Campos afirmar "que nem tudo está perdido porque o PDS ainda irá subir ao poder". A sua frase é textual. E disse mais "que subirá ao poder para resgatar os compromissos assumidos com a Nação, até agora incumbidos". Na verdade, este deveria ser um discurso das Oposições, mas é o discurso de um ilustre Vice-Líder, no caso o Deputado Siqueira Campos. Se V. Ex<sup>s</sup> estão ou não no poder é uma questão de foro íntimo, de acordo com a característica do grupo político a que pertencem.

Quero dizer, Sr. Presidente, que hoje o que esta Nação mais deseja é credibilidade, é fé, é renascer a esperança, é retomar um processo de reencontro da Nação com o Estado brasileiro. E digo também que o Sr. Paulo Salim Maluf não preenche os requisitos mínimos essenciais de credibilidade, de respeitabilidade, de austeridade para que o País supere o momento grave de crise política, de

crise econômica, de crise social, de crise financeira, mas sobretudo da crise ética e da crise moral; até porque, sob o fundamento ético e moral, S. Ex<sup>a</sup> consegue, neste País, ser uma das suas poucas unanimidades, porque não merece por parte da Nação e de nenhum dos seus segmentos nenhum tipo de respeitabilidade no padrão de respeito que há de se exigir de quem venha a exercer o comando deste País. Bastam os vinte anos. É importante que se veja que a média dessa geração que está aí, de lado a lado, foi uma geração que fracassou, foi uma geração que fracassou rotundamente, tanto a nível de oposição como a nível de Situação. É preciso se abrir novos espaços neste País para lideranças que fluem, para lideranças que surgem, para lideranças que brotam.

Sr. Presidente, o Deputado federal, nosso colega, Paulo Salim Maluf, não preenche esses requisitos básicos essenciais, ele é o sinônimo de tudo o que signifique anti-seriedade, antiausteridade, neste País.

Concluo, Sr. Presidente, para dizer que ontem neste País, o PDS mostrou e demonstrou à Nação aquilo que todos sabíamos: ele não é mais um Partido; (não apoiado!) ele é um grupo dividido, multipartidariamente, e aqui está a vitoriosa bancada malufista dizendo que não é verdade, porque o PDS prevalente hoje é o PDS de Paulo Salim Maluf. Será este o PDS do General João Baptista de Oliveira Figueiredo? Ou será, Sr. Presidente, o que ocorreu ontem na reunião deste Partido não é o começo de algo muito mais para 1937, do que mesmo para 1946? Não será que, a partir de ontem, neste País, foi montado um novo Plano Cohen, visando a prorrogação do mandato dos atuais detentores do poder na República? Não estou afirmando que o seja, estou apenas levantando essa reflexão, como indagação, às inteligências de V. Ex<sup>s</sup>, nobres Congressistas.

Por fim, quero dizer que se este for o resultado da Convenção de 5 de setembro, ninguém duvide: as manifestações pelas eleições diretas que chegaram a colocar dois milhões de brasileiros nas ruas, a partir do dia 5 de setembro deste ano, até o mês de janeiro do próximo ano, serão multidões de milhões ainda maiores para repudiar a possibilidade de ver o Sr. Paulo Salim Maluf como Presidente da República. E relembro aqui um conceito de Octávio Mangabeira que, em 1950, em relação ao Presidente que seria eleito e que assumiria, ele dizia, Octávio Mangabeira, da tribuna do Senado da República:

"Não será candidato; se candidato, não será eleito; se eleito, não tomará posse; se tomar posse, não governará."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

**O Sr. Joacil Pereira** — Sr. Presidente, consulto V. Ex<sup>a</sup> se ainda me resta algum tempo para falar como Líder?

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — V. Ex<sup>a</sup> já usou da palavra, como Líder do PDS, há poucos instantes.

**O Sr. Joacil Pereira** — Mas não esgotei o tempo regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Mas V. Ex<sup>a</sup> encerrou o seu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste Plenário, destinada à discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1984 — CN, referente ao Decreto-lei nº 2.091, de 1983.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Passa-se à

**ORDEM DO DIA****Item 1:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1984-CN (apresentado pela

Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 24, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.089, de 27 de dezembro de 1983, que prorroga a vigência de incentivos fiscais.

Em discussão. (Pausa.)  
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Está encerrada a sessão

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 36 minutos.*)

**Ata da 152ª Sessão Conjunta, em 12 de junho de 1984****2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura****Presidência do Sr. Lenoir Vargas****ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Louriva Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Múriilo Badaró — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

**E OS SRS DEPUTADOS:****Acre**

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

**Amazonas**

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Randolpho Bittencourt — PMDB.

**Rondônia**

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB, Rita Furtado — PDS.

**Pará**

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

**Maranhão**

Cid Carvalho — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS.

**Piauí**

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathan Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS, Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

**Ceará**

Antônio Moraes — PDS; Carlos Virgílio — PDS; Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS.

**Rio Grande do Norte**

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

**araíba**

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

**Pernambuco**

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Sérgio Murilo — PMDB

**Alagoas**

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS.

**Sergipe**

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson, Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

**Bahia**

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS, Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS, Manoel Novaes — PDS, Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS.

**Espírito Santo**

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stêlio Dias — PDS.

**Rio de Janeiro**

Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Darclio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Léo Simões — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS, Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

**Minas Gerais**

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

**São Paulo**

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoíno — PT; Márcio Santilli — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Maluf — PDS;

Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB.

#### Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PDS.

#### Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

#### Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

#### Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; José Tavares — PMDB; Osvaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

#### Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB.

#### Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irája Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequet — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS.

#### Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

#### Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 262 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS** (PDS — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Somente posso atribuir à maldade, à mesquinha, ao despeito, à inveja e a todos os sentimentos inferiores, de que se nutrem os negativistas e frustrados, a campanha

movida contra uma instituição e um homem que enobrecem a Capital da República e que prestam os mais relevantes serviços ao País.

A instituição, Sr. Presidente, é a UDF, Universidade do Distrito Federal; o homem, é o seu fundador, Eurico Rezende, ex-Deputado Federal, ex-Senador, ex-Líder da Maioria no Senado e ex-Governador do Estado do Espírito Santo, uma das mais gloriosas personalidades da vida pública brasileira.

Esses são os alvos da tentativa de enxovalhamento por parte de um indivíduo obscuro e sem nome que busca a notoriedade e o faz como fazem os perversos e alienados que não têm qualquer escrúpulo: buscam atingir verdadeiros padrões morais, intelectuais e políticos para, amanhã, proclamarem que lutaram contra os vitoriosos da vida nacional.

Eurico Rezende está sendo atacado, Sr. Presidente, porque sempre soube construir, edificar, em termos materiais e espirituais, para o povo brasileiro.

Homem feliz, tem filhos e uma família perfeita, realizou obras extraordinárias com a sua inteligência, com as suas mãos, com o seu coração e sua consciência arraigadamente humanística e vem praticando o bem, por entender que sua vida deve ser instrumento de bem-estar e felicidade em favor do próximo.

Por isso, por trabalhar, produzir, fazer o bem e contribuir para um mundo feliz e, sobretudo, merecer o respeito, a admiração e a gratidão do povo brasileiro, capixaba e brasileiro, conquistando a projeção de verdadeiro estadista que adquiriu sem procurá-la, é que Eurico Rezende e a sua obra maior em Brasília, a UDF, estão sendo agredidos.

Revoltado contra o mesquinho autor das alevisias publicadas num livro escuso de autor cujo nome não merece constar dos Anais da Casa, registro, em desagravo, a minha total e irrestrita solidariedade a Eurico Rezende, sua família e a UDF, a que se associa toda a Bancada do PDS de Goiás no Congresso Nacional, com a maior repulsa contra a infâmia com que tenta atingir sua honra e reles agressor.

Que os milhares de jovens, suas famílias e a população de Brasília estejam certos de que não conseguirão macular a UDF e a família Rezende que, com tanta abnegação, devotamento e brilho servem ao País.

Ao contrário: o pérfido detratador conseguiu chamar a atenção do Governo, dos políticos e do povo de Brasília para a necessidade de maior apoio e assistência ao trabalho notável que a UDF e a família Rezende realizam em favor do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidentê. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dionísio Hage.

**O SR. DIONÍSIO HAGE** (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O grande desafio para o Brasil consiste em, num período de no máximo 15 anos, estimado por vários cientistas políticos e sociais, vencer essa vergonha da marginalidade absoluta, para em outros 10 ou 15 anos, quem sabe, suplantarmos a própria marginalidade relativa. Ou seja, transformarmos o homem desamparado, que é a maioria da nossa população infelizmente, num cidadão prestante.

Filosoficamente, o grande dever da sociedade brasileira consiste em fazer com que os 125 milhões de habitantes sejam pessoas e não uns 30 milhões de pessoas e o restante de indivíduos.

Por exemplo, a recessão, levando ao desemprego, transforma o desemprego em indivíduo. Retira-lhe a condição de pessoa. A pessoa pressupõe consciência e liberdade. Liberdade pressupõe capacidade de escolha. Quem é desempregado não pode escolher seu próprio

destino. Não pode ter condições de dar os passos existenciais para si ou para a sua família.

Então, no momento gravíssimo que estamos atravessando, as correntes, as lideranças, as instituições intermediárias devem participar ativamente para que se chegue a um entendimento. Muito menos a respeito desse ou daquele nome do que em torno de determinados princípios. Não importa de que facção virá o novo Presidente da República. Importa que o novo Governo, não o novo governante, defina nitidamente os seus compromissos para com a sociedade brasileira. Sobretudo, repito, voltando-se para o problema social. Isso implica em educação, em habitação, em alimentação, em saúde, etc. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

**O SR. FRANCISCO AMARAL** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Recentemente, quando do afastamento da figura respeitável do Engenheiro Dr. Plínio Assmann, da Presidência da Cosipa (São Paulo), viemos a esta tribuna e fizemos considerações que nos pareceram cabíveis.

Figura humana da melhor qualidade, altamente capaz e responsável, Plínio Assmann deu o melhor de si em todos os postos que tem honrado e dignificado em sua vida. E na Cosipa, como conseqüência, ensinou novos e frutíferos caminhos.

Hoje, recebi uma atenciosa correspondência a respeito do registro que fiz do afastamento citado, da parte do Dr. Henrique Brandão Cavalcanti, Presidente da Siderbrás.

O mínimo que devo, de pronto, conforme meu espírito democrático, é registrar todo o texto da correspondência recebida, o que faço a seguir, para que conste dos Anais do Congresso Nacional.

A correspondência recebida é do seguinte teor:

“Brasília, 11 de junho de 1984

Senhor Deputado:

Ao regressar de viagem, tomei conhecimento do discurso pronunciado por Vossa Excelência na Câmara Federal, e publicado no **Diário do Congresso Nacional** de 10 de maio último.

Devo dizer-lhe que a leitura desse pronunciamento me atingiu e entristeceu profundamente. Tomo a liberdade de responder-lhe, pois, com o objetivo de esclarecer algumas referências diretas à minha pessoa e à de meu pai, e de retificar certos conceitos e informações imprecisas.

A substituição do Eng. Plínio Assmann na Presidência da Cosipa ocorreu ao final de seu mandato, e correspondeu ao entendimento da Diretoria da Siderbrás, com o conhecimento e anuência dos Ministros de Estado mais vinculados à administração da siderurgia estatal.

O novo Presidente, Eng. Paulo Enge, servidor antigo da empresa e dos mais qualificados, em outra oportunidade cogitado para função de relevo, além de seus quadros, fora mantido em sua posição de Diretor de Engenharia por decisão de seu antecessor, por julgar sua colaboração imprescindível.

Como tive ocasião de esclarecer publicamente, procedeu-se à renovação dos quadros dirigentes daquela companhia em função dos interesses superiores do Grupo SIDERBRÁS, de cuja Convenção Constitutiva participou como signatário o ex-Presidente da Cosipa. A mencionada Convenção, ratificada por Assembléias Gerais das empresas agrupadas, prevê o seu comportamento coordenado, leal e solidário, sem prejuízo da autonomia relativa

de cada empresa e da busca individual da eficiência e rentabilidade.

Essa atitude se faz ainda mais necessária em época de dificuldades comerciais e financeiras no setor siderúrgico, tanto no Brasil como na maioria das outras nações. Os problemas com que se defronta essa indústria básica, em nosso país, não excluem, como Vossa Excelência assinala ao final de seu discurso, a SIDERBÁS e particularmente a Cosipa.

Desde a realização da Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril me abstenho, assim como os demais Diretores da SIBERBRÁS, de fazer quaisquer referências de natureza pessoal. Nesses últimos 17 anos de serviços prestados à administração direta e indireta da União, procurei seguir às lições de meu pai, também em sua longa vida profissional um servidor público com muito maiores méritos e realizações. As funções que tive a oportunidade e a honra de exercer, desde a Secretaria Geral do Ministério das Minas e Energia em 1967, todas demissíveis *ad nutum*, não me ensejaram a disposição de auferir vantagens ou mordomias, como Vossa Excelência afirma. Como também não tive o privilégio de contar, entre meus colegas de escola de engenharia, com o ilustre Vice-Presidente Aureliano Chaves.

Os conceitos desairosos que Vossa Excelência houve por bem emitir a meu respeito não decorrem de um conhecimento recíproco e devem se basear naturalmente em informações de terceiros. Lamento, pois, que ao elaborar seu discurso não haja sido possível a Vossa Excelência inteirar-se dos demais aspectos da questão e apurar, portanto, a veracidade de determinadas afirmativas.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência atenciosas saudações.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Quero registrar, nesta sessão do Congresso, a atitude tomada pelo Governo argentino ao enviar uma carta de intenções ao *board* do Fundo Monetário Internacional.

A Argentina vem de tomar uma decisão e uma posição corajosas diante das pressões do Fundo Monetário Internacional. Através do seu Ministro da Economia, Bernard Crispun, a Argentina enviou ontem uma carta de intenções ao Sr. Jacques de Larosiere, declarando que não aceita as imposições do programa econômico do Fundo Monetário Internacional e que, em hipótese nenhuma, cumprirá um programa de reduções salariais em seu país.

Chamo a atenção para este fato, Sr. Presidente, porque ele evidencia, de forma flagrante, o grau de sujeição moral, política e econômica em que se encontra nosso País, mediante a atitude de um governo que não tem legitimidade. É evidente que a Argentina, através de seu governo democrático, só pôde tomar essa atitude porque é um governo que fala em nome do povo argentino, porque é um governo que fala em nome da nação, porque aquele é um governo que está ungido pelo voto popular.

Aqui, neste País, muito ao contrário, nossos governantes estão em estado de verdadeira genuflexão permanente diante das imposições do Fundo Monetário Internacional.

Por isso, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar, neste momento, meu reconhecimento à atitude do Governo argentino, e minha tristeza ao comparar essa atitude de soberania, de coragem, de descortino, com a at-

titude covarde, submissa e genufletida permanentemente por parte do Governo brasileiro.

Por outro lado, chamo a atenção também, Sr. Presidente, para a posição adotada pelo Assessor para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sr. Tarcísio Marciano da Rocha, ao comentar a recente decisão dos países industrializados, os sete grandes, que se reuniram recentemente em Londres. Todos os cidadãos brasileiros, enfim, todos os cidadãos da América Latina que têm um mínimo de hombridade, que têm um mínimo de sentimento patriótico, não só se horrorizaram, mas experimentaram um sentimento de repulsa pelas declarações da Primeira-Ministra Margaret Thatcher, da Inglaterra, ao declarar que os países endividados deveriam entregar seus bens, suas riquezas suas empresas para pagar suas dívidas. Esta declaração, carregada de um sentimento imperialista e de prepotência, merecia repúdio de nossas autoridades. No entanto, um representante autorizado, Assessor para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, declara:

“Devemos perder esse excessivo temor ao capital estrangeiro. Neste planetinha à toa, é ridículo brigarmos por questões conjunturais.”

Ao comentar a nota final da reunião dos sete países industrializados, o Sr. Marciano da Rocha declarou que:

“a maior abertura do País a investimentos externos — posição defendida pelos países ricos e expressada com maior ênfase pela primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher — teria como consequência um incremento da capacidade produtiva e de toda a economia brasileira, gerando mais empregos e ampliando as exportações.”

Isto me leva a pensar, Sr. Presidente, que pior do que os imperialistas que nos espoliam são os traidores que nos entregam. Não há imperialismo, não há dominação, sem seus representantes, sem aqueles que falam em seu nome dentro do país espoliado.

Por isso, Sr. Presidente, quero, neste momento, fazer esse registro. Um registro de tristeza, o registro de que o nosso País está tão longe de uma atitude como aquela que soube tomar o Governo argentino, repudiando imposições que exigem sacrifícios de seu povo. A Argentina, através do seu Presidente eleito, disse não ao Fundo Monetário Internacional. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR** (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ao final da sessão da Câmara, ocupava a tribuna o Deputado Joacil Pereira. Pedi-lhe um aparte, que S. Ex.<sup>a</sup> não pode conceder, porque seu tempo já estava esgotado. Mas, na sequência dos trabalhos, a grande realidade de hoje foi Salim Maluf. Sendo eu paulista e paulistano, e tendo conhecido S. Ex.<sup>a</sup>, o hoje Deputado presidencial, não só como Presidente da Caixa Econômica Federal, mas também como Prefeito de São Paulo — tudo biônico —, e como Secretário dos Transportes, também pela via biônica, vejo agora empolgar alguns Deputados, muito poucos de São Paulo, vejo empolgar Deputados de Goiás, Rio de Janeiro, Pernambuco. Só se compra essa mercadoria porque não se lhe conhece bem a entranha, só o pacote.

Srs. Deputados e Srs. Senadores, a realidade é que Salim Maluf está sendo cantado aqui em verso e prosa. Na realidade, S. Ex.<sup>a</sup> é indubitavelmente alguém que pode ter muita capacidade, sim, no sentido da corrupção ativa, no sentido da malversação dos dinheiros públicos. Esse é o ex-Governador do meu Estado, esse foi o Prefeito da cidade onde nasci — São Paulo — esse foi o Secretário

dos Transportes. Este é o *curriculum vitae* desse homem que somente soube corromper.

Eleito Governador, levou com ele quatorze Deputados do PMDB. Ocorre que doze desses Deputados não voltaram para a Assembléia Legislativa do Estado. Antes, tinham tido 80/120 mil votos comprados por Maluf e, pago o preço, estava encerrada a carreira do Deputado. Nas eleições de 1982, foram todos derrotados, à exceção de dois que vieram para cá como Deputados Federais, já subindo a rampa com dificuldade.

Maluf é corruptor, sim! E como corruptor, costuma dizer “só compro mercadoria que está à venda na prateleira”. Então, fico me perguntando aqui: será que estão os membros deste Congresso e os membros do Colégio Eleitoral, na prateleira? Não sou eu quem fala, é ele quem diz, e com propriedade. Outra coisa afirma, também: “Compro e pago.”

Agora, Srs. Congressistas, a grande realidade é que está colocado o problema lá no âmbito do PDS. Esse é problema do lado de lá. Que se entredorem quantos corruptos haja do lado de lá. Do lado de cá, nas oposições brasileiras, unamo-nos, porque é fácil derrotar alguém tão conhecido como corrupto e corruptor. Chegou-se a afirmar, aqui, que é o “príncipe dos corruptos” e, então, me perguntaram: “Mas, Deputado não é o rei?” Não chegou a rei ainda? Não: Deseja ser, mas tenho certeza de que este Congresso Nacional não há de lhe sufragar o nome.

Antes há de repudiá-lo e dizer à opinião pública que a insanidade mental não ocupou ainda todas as cadeiras deste Congresso Nacional, pode ter ocupado algumas, mas não todas elas. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Doreto Campanari.

**O SR. DORETO CAMPANARI** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Continuaremos na tônica do Deputado Federal que nos antecedeu, Farabulini Júnior. Realmente, Paulo Maluf é um corrupto. S. Ex.<sup>a</sup> foi Deputado Estadual durante 8 anos, em São Paulo e, naquele período, comprou 16 Deputados Estaduais e 14 Deputados Federais. Dos 30, apenas 2 Federais retornaram à Câmara Federal e apenas 1, dos 16 Deputados Estaduais, voltou àquela Casa de Leis. Ainda mais, quando ele ganhou a eleição do Sr. Laudo Natel — que era a menina dos olhos do Presidente Geisel — comprou inúmeros prefeitos e delegados do interior. Eu citaria apenas o nome do ex-Prefeito e do atual, do Município de Pacaembu, da Alta Paulista, que devia na Agência BRADESCO a importância de 70 mil cruzeiros, o título foi saldado e, evidentemente, Maluf conseguiu mais um voto. Mas, a desgraça toda é que temos, na Presidência da República, um Presidente que não nos dá uma perspectiva de democracia.

Outro dia, Armando Pinheiro, que foi Líder de Paulo Salim Maluf na Assembléia Legislativa, durante o período de 4 anos, desafiava quem apontasse corrupções que teriam existido no Governo Paulo Salim Maluf, durante aquele período. Nós lembramos apenas que o maior escândalo, a maior corrupção ocorrida naquele período foi no chamado Instituto BRASVACIN, em Campinas, onde poderíamos estar hoje produzindo todos os produtos derivados do sangue, hemoderivados, tais como, soro, hemoglobina e ainda poderíamos produzir insulina em quantidade, porque o Brasil importa insulina dos Estados Unidos e da Holanda. Poderíamos estar usando 800 toneladas de pâncreas de porco do Rio Grande do Sul para produzir insulina, não só para o Brasil, mas para toda a América Latina e também para a Europa, evidentemente, pagando assim a dívida externa do Brasil, porque sabemos que a insulina é caríssima. Portanto, aí está mais um dado de corrupção. E gostaria de lembrar também que ele, para fazer média com o Presidente Figueiredo, entregou esse Instituto BRASVACIN à Cen-

tral de Medicamentos. Mas fez um acordo corrupto junto ao Ministro da Previdência Social, Jair Soares, e ao Ministro da Saúde, Waldir Arcoverde, no qual impediram a fabricação de insulina no Estado de São Paulo, no Município de Campinas. Em seguida, uma multinacional, o Laboratório Lilly, norte-americano, passou a produzir insulina no norte de Minas Gerais, na cidade de Montes Claros.

Ainda gostaríamos de lembrar, aqui, que o Deputado Flávio Bierrenbach, quando fazia seu pronunciamento, foi inteperlado pelo Líder em exercício, Joacil Pereira, que fez críticas ao Governo Montoro. É uma injustiça fazer crítica a um homem que está começando seu Governo. Eles querem, evidentemente, nesta altura, transformar o Sr. Paulo Salim Maluf num bom mocinho; enquanto querem transformar Montoro num vilão. Estão escrevendo realmente a história ao reverso, quando lembramos que David matou Golias, o gigante. Agora, com a calúnia, com a crítica, eles querem combater o governo gigante de um Franco Montoro. Gostaríamos de ter tempo suficiente para dizer tudo que está sendo feito no Governo Franco Montoro, na Secretaria da Educação e Cultura, na Secretaria da Agricultura, na Secretaria da Promoção Social, na Secretaria do Trabalho, enfim, em todas as Secretarias daquele Estado.

Deixo, aqui, o meu agradecimento aos Srs. Congressistas. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Ataíde.

**O SR. SEBASTIÃO ATAÍDE** (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O parlamento Brasileiro passa, hoje, por um instante singular de sua história.

Emergindo de um longo período de denso autoritarismo procura a Nação os caminhos de seu futuro, pela construção do Estado de Direito e reconquista da plenitude democrática.

O papel do parlamento nesse trabalho de reconstrução da vida institucional brasileira é de suma importância.

Foro legitimado pelo voto do povo, ninguém pode negar ao parlamento o direito de falar em nome das aspirações nacionais e de lutar, com as armas de que dispõe, pela concretização dos anseios populares.

Cabe assim, ao parlamento, assumir a vanguarda do processo da redemocratização brasileira, no qual se inclui indubitavelmente a reassunção de prerrogativas que lhe foram usurpadas.

Nessa reconquista da democracia, há episódios que se erigem em símbolo.

Destes, o restabelecimento de eleições diretas para a presidência da República é o mais notável.

Não apenas pela mobilização popular que o embasa, mas principalmente, pela sagração que trará ao primeiro mandatário da Nação, legitimando o governo que dele se originar, para que possa afrontar com destemor os desafios da hora presente. Assusta-me, todavia, o comportamento que vimos assumindo como parlamento.

Ao invés de concentrarmos nossas forças no delineamento do papel histórico deste poder tão descurado, desviamos-nos para a formação de pequenos grupos centrados, às vezes, em interesses menores, atomizando nossa força e criando brechas em nossas resistências.

Temos objetivos bem definidos como parlamento:

Restabelecer o estado de direito no País; reconquistar a democracia plena; recriar o Governo legítimo, nascido de urnas livres e universais.

Diante de tais objetivos devem cessar nossas querelas.

A razão de ser do parlamento, deve sobrepair os interesses de nossos grupos menores, ainda que legítimos, que bem intencionados, que engajados na reconstrução deste País.

Eis como vejo nossa missão:

Se nos constituirmos num poder coeso, consciente de nosso papel histórico, estaremos à altura da Nação que todos pretendemos construir.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hemes Zaneti.

**O SR. HERMES ZANETI** (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Às 16:00 horas de hoje realizamos um ato público aqui, defronte ao Congresso Nacional, e depois nos dirigimos com os professores, os servidores das autarquias federais e com os médicos residentes, até o Ministério de Educação e Cultura. Fomos com faixas, com cartazes e um número expressivo de Parlamentares à frente desta caminhada.

Em lá chegando, fomos convidados pela Ministra de Educação para conversarmos com S. Exª a respeito das reivindicações dos grevistas. Depois de uma longa conversa com a Srª Ministra, autorizados que fomos pelos grevistas para com ela conversarmos, chamamos, com a aquiescência S. Exª os representantes dos comandos dos três segmentos em greve. Discutindo com S. Exª mostramos a ela que não era possível aos grevistas aguardarem a lenta tramitação de um projeto de equiparação, que ninguém ainda sabe seu exato conteúdo, e que por isso mesmo reclamávamos uma solução de emergência. Depois da discussão, a Srª Ministra concordou em que ela, amanhã, vai estar com o Senhor Presidente da República para pleitear uma solução de emergência.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, depois da decisão surpreendente e louvável da Srª Ministra de Educação — e digo aqui sem temor nenhum, porque já estive, e muitas vezes, nesta tribuna a criticar a Srª Ministra por sua omissão — devo reconhecer seu gesto de grandeza em receber-nos para o diálogo. Pois bem, saímos do Ministério e tivemos, antes, a cautela de dizer aos grevistas que, agora, não estávamos mais em passeata, que iríamos retornar ao Congresso Nacional onde os grevistas tomariam seus ônibus e regressariam para Minas Gerais, Goiás, para seus Estados, enfim. Pois bem, Sr. Presidente, qual foi nossa surpresa quando, após caminharmos uns 15 metros, fomos interrompidos por um aparato militar com cerca de 500 homens armados. Interromperam-nos, dizendo que não poderíamos retornar ao Congresso Nacional a pé. Quisemos saber que nova jurisprudência estava criando a Polícia Militar de Brasília, porque eu conhecia, até aqui, o **habeas-corpus** com direito de ir e vir. Mas, nós tínhamos podido ir e não podíamos vir.

**O Sr. José Genoíno** — É o ridículo da repressão.

**O SR. HERMES ZANETI** — É o ridículo da repressão, Sr. Deputado José Genoíno, é o ridículo, Sr. Presidente, porque quiseram criar um caso à toa. É um desrespeito, Sr. Presidente, que nesta Esplanada dos Ministérios, onde deveria haver gente culta e civilizada, o Comandante da Polícia Militar cometa esse gesto de força, de exibicionismo ridículo. Este Governo não tem dinheiro — diz — para pagar os professores, mas tem dinheiro para botar 500 policiais em cima de 100 professores. É ridículo. Quero lançar daqui o meu veemente protesto. É um gesto que não se coaduna com a atitude da Srª Ministra, instantes antes.

Pois bem, depois de largas negociações para conquistarmos o direito de voltar, a pé, ao Congresso, o Sr. Comandante da Polícia Militar aquiesceu magnanimamente, ao direito que tínhamos de vir, a pé, para o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, durante as negociações, o Comandante, através do rádio, havia mandado informações para os

ônibus irem até o local buscar os grevistas. Então questionamos: e nós, os Deputados, como vamos voltar? Pois o Tenente que comandava a operação de guerra, disse: “não se incomode Deputada Irma Passone, não se incomodem Deputados, não se incomode Senador João Calmon” — que estava conosco — “as viaturas da Polícia estão aqui, poderemos levá-los até ao Congresso”

É o cúmulo do ridículo, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. Estamos assistindo a última e derradeira degradação: uma vergonha nacional. O Governo não cuida de administrar este País, cuida de expor seus Congressistas ao ridículo.

Faço um apelo derradeiro aqui, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, para que S. Exª a Srª Ministra, pelo bom senso que teve nos recebendo, seja amanhã compreendida pelo Presidente da República, e devolvam a paz à universidade brasileira que saquearam, que encontrem uma solução de emergência para que os professores, os servidores, os médicos-residentes, os alunos, a família nacional, possa ter um pouco de tranquilidade. Tranquilidade que não tivemos hoje, Sr. Presidente, ante o ridículo deste aparato militar.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

**O SR. ADAIL VETTORAZZO** (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ainda há pouco, desta tribuna, ou na tribuna da Oposição, falou o ilustre Deputado Farabulini Júnior, pessoa que muito admiro, homem combativo, lutador, cassado e que voltou, mercê do seu prestígio, do seu trabalho, para esta Casa de Leis.

Contudo, o meu amigo Deputado Farabulini Júnior costuma exceder-se em seus pronunciamentos, talvez porque seja um cidadão muito emotivo e somente por isso, evidentemente, entendemos suas palavras, embora com elas não possamos concordar.

Fez um verdadeiro libelo contra o Sr. Paulo Maluf. Por que todos falam contra Paulo Maluf? Esse homem, realmente, deve ter um prestígio muito grande, esse homem, como deve concordar o ilustre Deputado José Genoino, deverá chegar à Presidência da República. Mas, como ele não é um candidato da Oposição, urge combatê-lo.

Tenho plena convicção, Sr. Presidente e Srs. Congressistas de que a Oposição pode ficar despreocupada. A Oposição tem um verdadeiro pavor de Paulo Maluf. Não tenham medo. Podemos assegurar aos nobres Parlamentares que Paulo Maluf irá fazer um governo de coalizão democrática nacional. Paulo Maluf não virá para perseguir ninguém, Paulo Maluf virá para unir a sociedade brasileira.

Todos nós sabemos que o País atravessa uma fase muito difícil e, acima de tudo, temos de lutar juntos, de trabalhar juntos, e somente os que não conhecem, de perto, Paulo Maluf podem temê-lo. A verdade — e o futuro irá demonstrar — é que Paulo Maluf chegará, no instante certo, para conduzir bem esta Nação. Disposição de trabalho não lhe falta, inteligência não menos, desejo de lutar e de vencer, seria até redundância falar-se. Paulo Maluf vem para governar este País, para governar com a classe política, para prestigiar os Partidos Políticos, a fim de que este País, realmente, volte à plenitude democrática. Tenho absoluta convicção, Sr. Presidente, de que as críticas feitas por Farabulini, há pouco, serão desmentidas ao longo do Governo de Paulo Maluf, porque nada melhor para se demonstrar nossas qualidades e nossos defeitos do que o exemplo. E Paulo Maluf, à frente da Presidência da República, irá dar o exemplo de trabalhador, de homem íntegro, de homem responsável, de homem preocupado com os problemas brasileiros, de

homem preocupado com os problemas de cada um de nós mesmos.

Pois bem, Sr. Presidente, respondo, assim, às acusações de Farabulini Júnior. Pedimos a S. Ex<sup>a</sup>, apenas, que espere, e deixe Paulo Maluf assumir a Presidência da República, porque, conhecendo esse ilustre Deputado por São Paulo como o conhecemos, sabendo da sua intenção de trabalhar em favor das classes menos favorecidas, tenho certeza de que, certamente, Farabulini Júnior voltará à tribuna desta Casa não mais para atacar, mas para defender Paulo Maluf.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Esplanada dos Ministérios está virando palco da vontade, eu diria até maníaca, de reprimir o povo brasileiro. Durante as Medidas de Emergência era um general com o chicote na mão, ameaçando bater em manifestantes e prender Deputados. E, hoje, uma centena de manifestantes — não era mais do que uma centena de manifestantes, com sete Deputados e um Senador — foram imediatamente cercados por um batalhão da Polícia Militar, devidamente armado, dizendo que aquele grupo estava ameaçando e não podia fazer passeata.

É realmente trágico, é cômico. Onde estão chegando as coisas aqui em Brasília e a repressão se enquadra dentro de uma visão tão inconcebível, que a ordem era não passar ninguém; então os Deputados teriam que ser trazidos para o Congresso Nacional de camburão da Polícia Militar.

Veja a que ponto estão chegando as coisas aqui em Brasília, Sr. Presidente. Eu estava junto com o Deputado Hermes Zaneti, a Deputada Irma Passoni, o Senador João Calmon e aqueles tenentes, apavorados sem saber o que fazer, dizendo que tinham de cumprir ordens superiores, ou seja, levar os Deputados até o Congresso Nacional e levar os ônibus. Isso criou um impasse, porque dissemos: "Podem prender". Mas eles não tinham ordem para prender. E aí a paranóica repressiva revela sua bestialidade em momentos como esse.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de solicitar fosse transcrito, nos Anais do Congresso Nacional, um ofício encaminhado ao Procurador-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, pelo Vereador do Partido dos Trabalhadores de Santos, Nobel Soares, protestando contra a substituição dos Promotores Marcos Ribeiro de Freitas e José Carlos Pedreira Passos, do inquérito policial militar que apura a tragédia de Vila Socó.

Ao trazer este ofício, ao pedir, aqui, sua transcrição, não podia deixar de manifestar minha posição de apoio a atitude desses promotores, como a atitude do atual promotor da Cidade de Cubatão, que quer desvendar a verdade sobre os culpados da Vila Socó, e não aceitar as desculpas esfarrapadas do Presidente da PETROBRÁS, que começa a levantar a possibilidade de sabotagem, tendo chegado ao ridículo de oferecer cem mil cruzeiros para cada barraco queimado. E as vidas daquelas pessoas queimadas! A PETROBRÁS é uma empresa administrada por incompetência e não está preocupada em proteger seus oleodutos.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, quero manifestar a minha posição de exigir que a verdade e os culpados da tragédia de Vila Socó, em Cubatão, sejam apurados. E que essa apuração não se dê às escondidas, para que a verdade possa aparecer. A atitude do promotor de Cubatão, convocando o Presidente da PETROBRÁS para depor é uma atitude digna e deve merecer o apoio desta Casa e dos Congressistas, porque se nos chocamos quando vimos na televisão centenas de famílias serem queimadas, devemos nos chocar, agora,

quando vemos o descaso do Poder Público para reparar, pelo menos parcialmente e materialmente, a tragédia que se abateu sobre aquelas famílias.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ GENOÍNO, EM SEU DISCURSO:*

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Santos, 8 de junho de 1984

Ofício PT-10/84

Exm<sup>o</sup> Sr.

Dr. Paulo S. Frontini

DD. Procurador-Geral do Estado de São Paulo

Exm<sup>o</sup> Sr. Procurador-Geral da Justiça:

Confessamos nossa desagradável surpresa ante a recente designação do D. Procurador Carlos Augusto Vieira de Moraes para ocupar os lugares dos Promotores Marcos Ribeiro de Freitas e José Carlos Pedreira Passos no episódio da Vila Socó.

Preliminarmente, este nosso descontentamento não envolve qualquer restrição à pessoa do ilustre Promotor designado, que acreditamos ser pessoa capacitada para o exercício de tão honrosa missão.

Ocorre, entretanto que, por termos acompanhado com interesse a atuação dos ilustres Promotores afastados em recentes episódios como o da poluição do manguezal do Distrito de Bertiooga (Santos) e da denúncia que formulamos sobre a importação de 2.770 toneladas de carne importada do Uruguai em novembro de 1983, quando a atuação firme e corajosa do Dr. Marcos Ribeiro de Freitas impediu a consumação de um crime contra a saúde de nossa população, fatos como estes revelam o desprezimento e senso de justiça daqueles dignos Promotores, os quais têm honrado os quadros desta E. Procuradoria Geral no Estado de São Paulo, do que decorre injustificável o afastamento de ambos, da direção das investigações do acidente de Vila Socó em Cubatão.

Até poderíamos concordar com a complexidade deste último episódio, notadamente por ter como saldo a cremação de milhares de seres humanos vivos que ali residiam em função de sua miserabilidade, consequência das condições de vida de nosso povo pobre. Até esta conclusão reforçaria a necessidade imperiosa de manutenção dos referidos Promotores. Eles como ninguém mais, têm larga experiência em casos desta natureza, participam com firmeza desde o início dos acontecimentos e jamais capitularam em denunciar os responsáveis pelos atos danosos contra a vida de nosso povo, abstraindo-se da posição social das pessoas envolvidas, numa prova eloquente de sua independência em relação ao poder econômico ou mesmo em relação aos detentores de cargos de administração pública nos diferentes níveis de Governo.

Ressalte-se, outrossim, terem referidos Promotores sabido honrar com destacado reconhecimento público, o Ministério Público no Estado de São Paulo, restituindo a sua credibilidade, nesta conjuntura, quando são frequentes os escândalos de toda a ordem, praticados pelos agentes do Governo.

A permanência dos renomados Promotores Marcos Ribeiro de Freitas e José Carlos Pereira Passos na direção das investigações do massacre de Vila Socó, impõe-se como medida acauteladora dos interesses da nossa população, que espera atentamente a ação da justiça, reparando os crimes que vêm sendo cometidos contra seus mais elementares direitos — a vida, por exemplo.

Neste sentido, vimos apelar a V. Ex<sup>a</sup>, no sentido de que seja revista a substituição do ato constante da Portaria nº 2.146/84 desta E. Procuradoria-Geral, permitindo a permanência dos Promotores Marcos Ribeiro de Freitas e José Carlos Pereira Passos à frente da fiscalização

on Inquérito Policial nº 14/84 que se desenvolve em Cubatão, como forma de dar à população, a tranqüilidade e segurança que tem direito, e sobretudo, no sentido de que o Ministério Público continue gozando da indispensável credibilidade junto à opinião pública.

Atenciosamente — Nobel Soares de Oliveira, Vereador.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira. (Pausa.) S. Ex<sup>a</sup> não se encontra presente. Concedo a palavra ao nobre Deputado Joacil Pereira.

**O SR. JOACIL PEREIRA** (PDS — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Direi poucas e rápidas palavras.

Em primeiro lugar, quero dizer que já vai se tornando incômodo nossa paciência já vai se esgotando, de ver e ouvir que certos Deputados paulistas, ilustres representantes do Estado de São Paulo, pretendem transformar esta Casa ou numa câmara municipal paulistana ou numa assembléia estadual do Estado de São Paulo. Todos eles, como se fosse num encadeamento sintonizado, se levantam para ofender, para agredir, para denegrir e para caluniar um Deputado integrante desta mesma Câmara, pelo simples fato de S. Ex<sup>a</sup> ser candidato à Presidência da República. Refiro-me ao nobre Deputado Paulo Salim Maluf.

Essa idéia fixa vai se tornando incômoda, como disse, e esgotando, aqui, nossa paciência.

Calculem, Sr. Presidente, Srs. Congressistas se eu viesse trazer, todo dia para esta Casa, os assuntos da política paraibana, para atacar nossos adversários. Isto aqui é um Congresso Nacional.

É a primeira colocação que gostaria de fazer em resposta àqueles que são useiros e vezeiros em atacar a honra alheia, em caluniar sem provas, e até ofender os próprios companheiros porque, dali mesmo, esses representantes paulistas disseram que o nobre Deputado Paulo Salim Maluf é corrupto e corruptor e que praticava o alijamento em troca de vantagens.

Ora, nós todos que somos adeptos da candidatura do Sr. Paulo Salim Maluf, nos sentimos atingidos por essa grosseria, por essa calúnia, por essa vileza, e repelimos isso.

Se no Estado de São Paulo há fertilidade de caracteres frágeis para se venderem, no meu Estado pelo menos não, na Paraíba eu duvido. Não costumamos nos vender, aceitamos aquela lição de Rui que diz assim: "As coroas que o interessam sobredeira nadoam como o aznahre do cobre".

De minha parte e de meus companheiros todos a quem conheço bem, formamo-nos no campo das idéias, somos adeptos de uma candidatura de um presidencialível do nosso Partido, e é um direito nosso. A Oposição deve se preocupar em escolher um candidato para enfrentar o Sr. Paulo Salim Maluf, o Sr. Mário Andrezza, um dos nossos presidencialíveis, nas urnas.

De outro lado, gostaria de dizer, com relação a esse episódio que aqui foi narrado por dois ilustres representantes, o Deputado Hermes Zaneti e o Deputado José Genoíno, de excessos policiais porventura cometidos, que de minha parte sempre reprovei a violência. Não conheço os fatos, senão pelas versões que aqui foram trazidas. Mas o dia em que eu puser em dúvida a palavra de um Parlamentar, estou desmerecendo a honra e a dignidade de um representante do povo. Acredito que houve, realmente, excesso de poder de polícia. Vou melhor me informar, para trazer uma resposta sobre esse assunto.

Fiquei contente porém de verificar que a ilustre Ministra Esther de Figueiredo Ferraz atendeu aos manifestantes e aos nobres Parlamentares que os acompanhavam, da melhor maneira. Aliás, S. Ex<sup>a</sup>, tem defendido o interesse do magistério. E há aí um projeto, não sei bem se já encaminhado ao Congresso Nacional, de iniciativa do

Presidente da República, que está para ser encaminhado e que dá um aumento substancial ao magistério. Essas informações eu as tive do noticiário da imprensa e de visita que fiz ao ministério. Há, também, em via de ser concedido, um aumento geral ao funcionalismo público federal. Haverá duplamente um benefício para o magistério. Assim, creio que isso se resolverá muito bem. O magistério superior do nosso País precisa ser realmente melhor remunerado. Estou de acordo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O Sr. Hélio Duque** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Duque, para uma comunicação.

**O SR. HÉLIO DUQUE** (PMDB — PR. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Os fatos aqui relatados pelos Deputados Hermes Zaneti e José Genoino, que mereceu da parte do Deputado Joacil Pereira, no exercício da Liderança do PDS aquela manifestação que, em momento algum, pode faltar a esta Casa, a inviolabilidade do nosso mandato, o direito de ir e vir. E, reincidentemente, aqui em Brasília, Sr. Presidente, tem-se montado em cima deste Parlamento uma ação de provocação infantil, destinada à desmoralização de seus parlamentares.

A Liderança do PMDB, reafirmando a posição já aqui trazida pelos dois Deputados e pela própria Liderança do Governo, quer dizer que, amanhã, o nosso Partido — e lá esteve presente o Deputado Hermes Zaneti — irá providenciar, acredito também que a Liderança do Partido dos Trabalhadores o fará em relação ao Deputado José Genoino, o encaminhamento à Presidência da Mesa da Câmara dos Deputados, para que esses episódios que vêm se repetindo de caráter marginal não tornem Brasília uma cidade sitiada, onde seus parlamentares, sobretudo os parlamentares da Oposição, sintam-se constrangidos, atemorizados e amedrontados até mesmo de fazer seu deslocamento, até social, dentro desta cidade de Brasília. É um fato sério e é um fato grave. Não vamos aqui nominar responsabilidades, porque também não sabemos de quem partiu a ordem. Mas é dever, sobretudo da Câmara dos Deputados — se faço aqui na sessão do Congresso Nacional é porque é a oportunidade e o momento de fazer esse registro —, mas é dever, sobretudo da Câmara dos Deputados, impedir que fatos como esses ocorram. Se todas as instituições têm seu espírito de corpo, é preciso que nesta Casa também, em relação aos seus 479 Srs. Deputados Federais e aos seus

69 Srs. Senadores, exista o respeito, em primeiro lugar, inerente à própria função parlamentar entre os pares. Sobretudo quando provocado e desrespeitado qualquer um desses pares, é dever da instituição, como um todo, levantar-se para dar um basta a essa situação de violência, que deve merecer o repúdio da própria Mesa do Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte.

#### REQUERIMENTO Nº 8, DE 1984-CN

Em 12 de junho de 1984

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 6 e 7, de 1984, que “conferem ao Congresso Nacional, durante a primeira Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura, a ser inaugurada em 1º de fevereiro de 1987, funções de Assembléia Nacional Constituinte, estabelecendo normas para o seu funcionamento”, solicito a Vossa Excelência a prorrogação por mais 30 (trinta) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer, que se encerra dia 15 de junho e já prorrogado por 30 (trinta) dias.

Outrossim, esclareço que o pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo e que está a exigir do Relator, Senhor Deputado Octávio Cesário, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — Senador **Fernando Henrique Cardoso**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — O requerimento lido depende de deliberação do Plenário.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De acordo com a deliberação do Plenário, é concedida a prorrogação solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — A Presidência convoca sessão conjunta, solene, a realizar-se no dia 19 de junho, às 10 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada a homenagear S. Exª o Senhor Fernando Belaunde Terry, Presidente da República do Peru.

Usarão da palavra, na oportunidade, os Senhores Senador Hélio Gueiros e Deputado José Carlos Fonseca.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1984-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 25, de 1984-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.091, de 27 de dezembro de 1983, que reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos funcionários das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, e dá outras providências.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Nos termos dos arts. 55, § 1º, *in fine*, e 51, § 3º, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas, neste plenário, com a seguinte Ordem do Dia:

Votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 7, 26 e 27, de 1984-CN (7ª Sessão), 8, de 1984-CN (3ª Sessão); 9, 13 e 16, de 1984-CN (2ª Sessão);

Votação dos Projetos de Lei nºs 2 e 3, de 1984-CN (2ª Sessão); e

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1984-CN (2ª Sessão).

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 55 minutos.*)

## Ata da 153ª Sessão Conjunta, em 12 de junho de 1984

### 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

#### Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 20 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal

Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

#### Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

#### Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Randalfo Bittencourt — PMDB.

**Rondônia**

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

**Pará**

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

**Maranhão**

Cid Carvalho — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS.

**Piauí**

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathan Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

**Ceará**

Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marçílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS.

**Rio Grande do Norte**

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

**Paraíba**

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

**Pernambuco**

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Sérgio Murilo — PMDB.

**Alagoas**

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS.

**Sergipe**

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

**Bahia**

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS.

**Espírito Santo**

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

**Rio de Janeiro**

Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Léo Simões — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

**Minas Gerais**

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

**São Paulo**

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zazur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB.

**Goiás**

Aldo Arantes — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PDS.

**Mato Grosso**

Bento Porto — PDS; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Albino Coimbra — PDS; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; José Tavares — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB.

**Rio Grande do Sul**

Aldo Pinto — PDT; Amaury Muller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS.

**Amapá**

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

**Roraima**

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 262 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

**O SR. FRANCISCO AMARAL** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As más condições de visibilidade imperantes nos últimos dias, em diversos aeroportos brasileiros, em especial São Paulo e Rio, têm obrigado a aviação comercial a usar, como acontece por todo o ano e com até certa frequência, a se utilizar do Aeroporto de Viracopos, como campo de pouso alternativo, raramente fechado, eis que é normal a visibilidade em toda a área de Viracopos.

Ninguém ligado à aviação brasileira, e, em especial, à aviação comercial, ignora a excelência topográfica e das condições climáticas em Viracopos, daí por que sempre houve a postulação dos entendidos no ramo, técnicos, aeronautas, etc., de que o principal aeroporto internacional de São Paulo tivesse por sede Viracopos. Não vingou a reivindicação, cabendo a Guarulhos sediar o moderno aeroporto já em adiantada construção e que se prestará para a aviação comercial de passageiros, deixando para Viracopos a incumbência de ser o principal terminal de cargas aeroportuárias do Brasil.

Um campineiro, talvez o maior defensor da utilização maior de Viracopos, pela segurança que dá às atividades aviatórias, é o Sr. Mário Moraes Filho, também de Campinas.

Ante a quase que permanente ameaça de redução e até extinção do aproveitamento do Aeroporto Internacional de Viracopos, Mário Moraes Filho, mais uma vez, volta à carga junto ao DAC, na pessoa do Brigadeiro-do-Ar Ely Jardim de Matos, nos termos da correspondência que transcrevemos a seguir, para o registro nos Anais desta Casa

Era o que tínhamos a dizer (Muito bem!)

Sr. Brigadeiro:

Em aditamento à minha carta de 2 do mês corrente, em resposta à carta de V. Ex.<sup>a</sup> datada de 8-4, relacionadas com o antigo problema aeroportuário de São Paulo, hoje em mãos da COPASP — Comissão Coordenadora do Projeto Sistema Aeroportuário da Área Terminal de São Paulo —, e esperando, outrossim, não prejudicar o seu precioso tempo com minhas impertinentes divagações, mas tendo em vista a magnífica acolhida a mim dispensada por V. Ex.<sup>a</sup>, tomo a liberdade de mais uma vez vir à sua presença e assim trazer-lhe mais alguns subsídios que considero de valor para o assunto aqui tratado.

Nestas condições, por mais que se pretenda argumentar tendo por base “longos e aprofundados estudos” (os de 1968, seriam?), ou mesmo fundado em opiniões de “pessoas respeitáveis e capacitadas”, a construção do novo aeroporto metropolitano de São Paulo em Guarulhos (Cumbica) — grandioso e de elevado custo — até aqui, parece não ter convencido ninguém, isto face a um maior número de opiniões contrárias a esta localização, a partir do Sindicato Nacional dos Aeronautas, elementos de destaque da própria Aeronáutica, engenheiros especializados, jornalistas de reconhecido gabarito e conceito no ramo e de respeitável grupo de parlamentares. Para o Sindicato dos Aeronautas, “Optar por Cumbica é o mesmo que colocar remendo novo em pano velho”. E partindo de onde partiu, não se pode deixar de levar em consideração uma tal declaração. E no que toca à Aeronáutica, seria interessante a transcrição de nota inserta no jornal **A Gazeta**”, de São Paulo, edição de 9-2-1962: “Quanto a Santo Ângelo-Cumbica, a opinião da Diretoria de Rotas é de que Viracopos deve ser escolhido por oferecer maior facilidade de aproximação e melhor aproveitamento de níveis de espera, sem interferências de orbitas. A aprovação de Viracopos resultou de estudos prolongados em que foram ouvidos todos os órgãos técnicos da Aeronáutica”. E do lado do empresário e do de comandantes de aeronaves duas opiniões valiosas sobre a localização de uma aeroporto internacional em Cumbica: “O Sr. Joseph Halfin, diretor da “Air France”, presente à conferência sobre Viracopos, assinalou para a reportagem presente o seguinte: “a conferência do eng. Coutinho, do Instituto de Engenharia de São Paulo, foi um enterro de 1ª classe para Cumbica”. **A Gazeta** — São Paulo — 9-2-1962, “Cumbica não pode ser comparado, de qualquer modo, com o novo aeroporto de Viracopos. As condições meteorológicas e outras são melhores em Viracopos que em qualquer outro aeroporto nas proximidades de São Paulo”. (Cte. Tomas, da Braniff — **Diário do Povo** — Campinas — 14-4-1963).

Saliente-se ainda que as condições altamente desfavoráveis de Cumbica, uma região acidentada, densamente povoada e sujeita por suas características a constantes nevoeiros prejudiciais à viação, não se modificaram no transcorrer dos anos, e que este detalhe, por si só, embora defendido pelos que confiam na perfeição dos instrumentos modernos de auxílio ao voo, não recomendaria, por medida de prudência, a localização ali de um grande aeroporto destinado a englobar os tráfegos domésticos e internacionais de Congonhas e de Viracopos. Admite-se que Congonhas, limitado na sua área atual, pelo desen-

volvimento da cidade, e com instalações precárias para o movimento de hoje, não ofereça condições para ser mantido como sequer o principal aeroporto de São Paulo, e pela constatação desse fato chega-se à conclusão da necessidade da construção de um novo aeroporto doméstico para substituir o de Congonhas. Neste caso, o que teria Viracopos com o problema, se sua missão de principal aeroporto internacional de São Paulo vem sendo desempenhada com sucesso em mais de 20 anos de funcionamento?

E nesta altura de nossa modesta missiva de simples observador de fatos e ocorrências do cotidiano, relacionados com o problema aqui tratado, não podíamos olvidar as palavras do engenheiro francês Jacques Vasseus, construtor e diretor do aeroporto de Orly, em Paris, sobre Viracopos; “Único ponto dentro do Estado de São Paulo que reúne todas as condições exigíveis para sediar tão grande e arrojado empreendimento”. Ainda são palavras do engenheiro francês, quando de sua visita ao Brasil em 1963, “Sinto-me feliz em constatar que o aeroporto de Viracopos se tornara realidade dentro de um planejamento que eu próprio ajudei a elaborar quando de minha primeira visita a esse moderno campo de pouso, hoje considerado como o Aeroporto Internacional de São Paulo”. Por decreto assinado pelo Presidente Ernesto Geisel, de 29-11-74, Viracopos tornou-se oficialmente aeroporto internacional do Brasil, “podendo ser utilizado por aeronaves civis nacionais e estrangeiras por ocasião da entrada e saída em território nacional”.

Por outro lado, teme-se que os mesmos problemas hoje enfrentados em Congonhas sejam transferidos para Cumbica, ficando mais crítico em alguns aspectos, e que em pouco tempo Cumbica esteja com sua capacidade esgotada

Outrossim, tudo indica que não foram cumpridas decisões anteriores, que determinavam acelerar a construção em Cumbica de um simples aeroporto “emergencial”, de “vida útil curta”, de “pequenas dimensões”, compatível com “a atual situação econômico-financeira” do País, “aproveitando-se o que já existe e dando-se a São Paulo três aeroportos”. Nem celeridade na construção do novo aeroporto, para desafogar Congonhas, e muito menos uma política de economia foram as metas visadas e infelizmente não conseguidas no empreendimento, ambicioso demais para os cofres do Estado e da Nação.

A concentração de recursos em Viracopos — bem menores do que em Cumbica — segundo os técnicos, resultaria numa economia de ordem de um para três a favor de Viracopos sobre qualquer dos sítios indicados anteriormente como possíveis para o fim em vista. É fácil perceber a economia de um só aeroporto e muito mais do que isto o alto significado de um campo de pouso que possa efetivamente garantir tanta segurança — O Ano Inteiro — a aeronaves de todos os portes, Viracopos, o que não ocorre com Cumbica.

E quanto à distância e o acesso ao aeroporto, depois da inauguração da via dos Bandeirantes, moderna rodovia implantada para servir Viracopos, não cabe mais uma discussão a propósito. O importante são os meios disponíveis de acesso e não a distância em si. E no caso, só Viracopos e nem mesmo o Galeão, no Rio de Janeiro, possui hoje os melhores acessos rodo-ferroviários capazes de atender a um transporte rápido. É mais cômodo e fácil vir alguém de São Paulo para Viracopos, pelas vias Anhanguera ou Bandeirantes, do que alguém ir do centro do Rio de Janeiro ao Galeão, pela avenida Brasil e principalmente na torturante hora do *rush*, que a torna realmente impraticável, mormente para quem se destina ao aeroporto.

Mas até hoje não se cogitou ainda de se construir um novo aeroporto internacional para servir a cidade do Rio de Janeiro em condições de acesso mais rápidas. Cogita-

se, isto sim, de dotar-se o aeroporto do Galeão de uma nova e mais prática via de acesso, nem que seja mais longa do que a avenida Brasil, menos extensa mas de tráfego altamente congestionado, inconveniente comum e sem solução apresentado pelas vias de acesso de pequena quilometragem, como no caso da avenida Brasil, no Rio, e que futuramente se repetirá em São Paulo com o novo acesso ao aeroporto metropolitano em Cumbica. Maior espaço físico em avenidas ou rodovias representa uma maior desenvoltura de movimentação e nenhum congestionamento, o que equivale dizer maior celeridade e facilidade de rodagem livre, esteja o ponto visado a mais de 90 quilômetros de distância. O Galeão está a 20 quilômetros do centro do Rio de Janeiro — se não me falha a memória — e Viracopos a 90 quilômetros de São Paulo, e no entanto, no Rio, gasta-se praticamente o mesmo tempo para se deslocar de qualquer ponto da cidade para o aeroporto

Será uma temeridade relegar-se o Aeroporto Internacional de Viracopos para um plano inferior — reserva de Cumbica — quando se sabe que há muito tempo ele se projetou não só como o melhor aeroporto do País, mas também como um dos principais do mundo, segundo depoimento de técnicos estrangeiros. Viracopos está aí a servir o Brasil quando as condições climáticas são desfavoráveis. Quando os aviões não conseguem pousar no Rio e em São Paulo (Galeão e Congonhas) o caminho certo e seguro tem sido Viracopos.

Uma dádiva de Deus, que seria aproveitada ao máximo em qualquer outro país do mundo, que é Viracopos, não tem merecido até hoje dos nossos homens responsáveis aquele cuidado e aquela atenção que realmente merece. Viracopos nada mais exige senão aperfeiçoamento. E esta coisa tão simples e barata se confrontada com tudo de bom e de útil que tem proporcionado Viracopos ao país, principalmente em segurança e preciosas divisas por suas exportações, estas maiores que as do Galeão, tem lhe sido negada constantemente, desde sua inauguração, em 1960.

E para conhecimento de V. S.<sup>a</sup> remeto em cinco anexos cópias dos recortes de jornais que tratam principalmente do imerecido abandono de Viracopos, que seria, depois de inaugurado o metropolitano de Cumbica, relegado a um duro ostracismo.

São as palavras modestas e desvalidas de antigo ferroviário, aposentado há mais de 30 anos, leigo em aviação mais renitente colecionador de recortes de jornais relacionados com o sonho de Ícaro, e que mais uma vez se perde em divagações e transcrições colhidas aqui e ali, de permeio com algumas idéias próprias, e que espera de novo merecer a honrosa e gentil atenção de V. S.<sup>a</sup>, malgrado as imperfeições involuntariamente cometidas na presente missiva.

Respeitosamente, de quem é patriótico e admirador certo de V. S.<sup>a</sup> — **Mário Moraes Filho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Não há mais oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1983 (nº 3.862/80, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que acrescenta parágrafos ao artigo 11 da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 — Lei de Anistia, relativamente aos servidores que não foram condenados pelo Poder Judiciário.

**O Sr. Hélio Duque** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Hélio Duque, pela ordem

**O SR. HÉLIO DUQUE** — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de **quorum**, o encerramento da presente sessão

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — É regimental o requerimento de V. Exª Efetivamente não existe 1/6 de Srs. Senadores e 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 5 minutos.*

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. GILTON GARCIA NA SESSÃO CONJUNTA DE 28-5-84, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE*

**O SR. GILTON GARCIA** (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Minha palavra, neste instante, é somente para fazer o registro de uma visita que fizemos ontem, na qualidade de Presidente da Comissão do Interior, da Câmara dos Deputados, ao Parque do Xingu, acompanhados do Presidente da FUNAI e do Deputado Mário Juruna.

Esse registro, Sr. Presidente, se faz justamente numa hora em que um indígena é nomeado e toma posse como Diretor do Parque do Xingu. Lá estivemos assistindo à solenidade, e queremos testemunhar que, realmente, o Ministro Mário Andreazza acertou ao empossar, na Presidência da FUNAI, o Dr. Jurandy Marcos da Fonseca, homem que convive com os problemas indígenas, e que deu uma nova feição a essa entidade, pacificando os índios que estavam insatisfeitos pela invasão de suas terras no Parque do Xingu, e trazendo para eles a certeza de que seus problemas serão solucionados de acordo com seus próprio interesses.

Nessa posse do indígena Megaron no Parque Indígena do Xingu, presenciemos, Sr. Presidente, uma festa que nos causou muita emoção, porque os dirigentes da FUNAI foram recebidos com toda alegria e com toda a emoção por parte de 16 nações indígenas que vivem naquela reserva.

Por isso, gostaria de transcrever nos Anais do Congresso Nacional a reportagem da Jornalista Memélia Moreira, da **Folha de S. Paulo**, sobre a posse de Megaron, dizendo que ela consolida a paz no Xingu. Gostaria por outro lado, de dizer que o plano integrado da Fundação Nacional do Índio faz parte da ação administrativa do Ministério do Interior. É um plano que se divide em três partes. A primeira delas correspondendo à política indigenista; a segunda parte contendo análise geral da situação dos grupos indígenas brasileiros, e a terceira parte diz respeito a uma programação propriamente dita.

São essas minhas palavras, Sr. Presidente, congratulando-me com os novos dirigentes da FUNAI pela nova orientação imprimida àquele órgão, que vem ao encontro dos anseios das nações indígenas que vivem no Parque do Xingu

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DEPUTADO GILTON GARCIA*

#### POSSE DE MEGARON CONSOLIDA PAZ NO XINGU

O brilho das grandes festas xinguanas voltou ontem ao Parque Indígena do Xingu. Em meio às danças, cantos, as mais coloridas pinturas corporais e os cocares mais requintados, as 16 Nações indígenas que vivem naquela reserva celebraram ontem um dia histórico: Megaron, um

índio, tomou posse na direção do Parque, debaixo das mangueiras do posto de Diaurum, às margens do rio.

A posse estava prevista para acontecer no posto Leonardo Villas-Boas, mas a morte de um jovem ualapiti, de 18 anos, transferiu a festa para Diaurum, onde vivem Kajabi, Suyá e Juruna e onde o sertanista Cláudio Villas-Boas viveu durante 30 anos.

Desde a noite de sábado os índios começaram a festejar, vindos das mais longínquas aldeias, até mesmo as do sul do Pará, onde vive a maior parte da Nação Kaiapó. De lá chegaram os Mekranotire, índios da mesma família dos Txukarramães, parentes de Megaron. Cumpriram o ritual do choro para demonstrar a alegria do reencontro e depois procuravam as árvores onde amarravam suas redes.

Durante todo o dia dezenas de canoas atracavam no cais de Diaurum. Os convidados chegavam, silenciosos como sempre, trazendo bananas, peixe moqueado, farinha e seus enfeites. À noite, todos dançaram. Primeiro os Txukarramães, cujos cantos eram puxados pelo cacique Krumari. Alegre, ninguém acreditaria que há menos de um mês ele levantava as bordunas para matar os reféns.

Depois dos Txukarramães, os Kajabi resolveram também mostrar seus cantos e danças. Homens descalços, sem camisas, dançavam. As mulheres — que raramente se manifestam diante de estranhos — também se apresentaram para os convidados: a lembrança da “guerra do Xingu”, que durou 42 dias, era contada como fato passado.

#### Posse

Antes do dia clarear, os índios recomeçaram os preparativos. Nas malocas e sob as árvores pintavam-se para receber o novo Presidente da FUNAI, Jurandy Marcos da Fonseca. Passaram óleo de inajá (côco) nos cabelos, urucum, jenipapo, mas agora as cores foram distribuídas numa pintura alegre. Não a pintura de guerra que é usada para assustar o inimigo.

Com firmeza, Siraué puxava um enorme peixe de dentro d'água. Era um joá que ele pescara para o Presidente. Apesar da alegria, ele hesitou: “será que Presidente vem mesmo?”, indagou Siraué, lembrando-se que o antecessor de Jurandy, o economista Otávio Ferreira Lima, também era esperado com festa para discutir com as lideranças indígenas e não foi ao Xingu, desencadeando a crise que só se encerrou com seu afastamento.

Às dez da manhã, o ronco do avião da FUNAI que trazia o Presidente e sua comitiva foi recebido com os gritos de euforia. Todos correram para a cabeceira da pista. A festa estava começando e Raoni, tio de Megaron, ostentando seu cocar mais bonito, acompanhou o Presidente até à sede do posto. Megaron ainda não havia chegado. Encontrava-se no posto Leonardo, assistindo à família do índio morto.

Jurandy Fonseca (com sua esposa), Mário Juruna (PDT-RJ), Diretores da FUNAI, todos foram convidados a sentar para ouvir o primeiro discurso do dia. Comoio, o orador oficial dos Txukarramães, com borduna na mão, começou a falar, lembrando que ontem era um dia de festa, mas “a gente faz guerra de novo se não respeitarem nossa terra”. Ele contou ao Presidente que se não houve mortos durante a guerra do Xingu, “foi porque o Chefe nosso segurou. Nosso povo ia matar mesmo se não resolvessem os problemas. Mas agora vamos esperar a demarcação”.

#### Demarcação já

Ao meio-dia, quando o sol já estava bem forte, Megaron chegou no avião da FUNAI pilotado pelo Chefe de gabinete do órgão, o índio Marcos Terena. Os 400 índios que se encontravam no Diaurum gritaram novamente de alegria e foram buscar seu diretor.

Calça jeans e camisa de malha onde se lia frase dita por um cacique pataxó há-hã-hã: “posso até servir de a-

dubo para nossa terra, mas dela não saio”, Megaron chegou para ouvir a portaria de sua nomeação e tomar posse. Com ele, o ex-Diretor do Parque, o antropólogo Cláudio Romero, que agora assume o cargo de assessor da Superintendência da FUNAI. Romero foi o primeiro a falar, transmitindo o cargo a Megaron. Pediu unidade das 16 Nações xinguanas.

Depois foi a vez do discurso de Mário Juruna: “Megaron está aqui, Terena está no gabinete, eu estou na Câmara. Quem tem de cuidar de nosso futuro é nós. Hoje céu caiu em nossa cabeça. É dia feliz”. O discurso seguinte foi de Raoni, reclamando das doenças dos brancos que matam os índios e reafirmando sua disposição de defender a terra.

Em seguida o Presidente da FUNAI falou, prometendo demarcação da área do Capoto (recuperada pelos índios) e da faixa de amortização entre o Parque do Xingu e as fazendas, “até o final do Governo Figueiredo”. Foi um discurso que agradou os índios. Jurandy referiu-se ao processo de espoliação dos territórios indígenas e afirmou: Venho aqui em missão de paz. Venho ao Xingu resgatar aquilo que nós brancos fizemos contra vocês, espoliando as terras. Sei que vocês derramaram muito sangue para defender essa terra, mas agora esse sangue não será mais derramado. Vamos tentar acertar e assumo com vocês o compromisso de demarcar a área até o final do governo”.

#### Dificuldades do Brasil

Com voz pausada, o novo diretor do Xingu fez seu discurso. Ele pediu ajuda a todos os caciques para o novo trabalho. Prometeu cobrar do Presidente da FUNAI a contratação de mais professores, médicos e dentistas. E, em seguida, tentando explicar a falta de recursos da FUNAI, contou que o Brasil está passando por um momento de dificuldades financeiras:

— “Sei que pessoal vai confiar em mim, que vai me ajudar. Coisa que nós vamos ter que entender: FUNAI não tem muito dinheiro, mas vamos brigar junto com a FUNAI para conseguir mais coisas. Não é só FUNAI que não tem dinheiro. Tem muito branco com esse problema, tem branco que vive pior do que nós, porque país lá tem problemas e branco está preocupado para conseguir mais dinheiro.”

Aplaudido, Megaron agradeceu às demais tribos xinguanas o apoio recebido pelos txukarramães quando sequestraram a balsa em março e depois exigiram a demissão do presidente da FUNAI, prendendo três reféns.

#### FUNAI deve ser Ministério

Num canto, cabelos completamente brancos, voz cansada, um sertanista remanescente da expedição Rondon demonstrava felicidade. Nilo Veloso, 74 anos, responsável pelo contato com alguns grupos xavante, na década de 50. Ex-funcionário do extinto Serviço de Proteção aos Índios, ele se dizia satisfeito por ver “os índios que conheci quando nasceram, assumindo agora as chefias”.

Veloso, que durante 16 anos acompanhou o Marechal Rondon, criticou a política de atração dos índios arredios: “Eu atraí índios Não faria isso de novo. É crime, porque tiramos homens que vivem em harmonia com a natureza para colocá-los em uma civilização decadente. Devemos respeitá-los como nações. Eles são nações, têm um território definido, uma língua, uma religião e uma cultura própria. Isso caracteriza uma nação. A FUNAI é um Ministério de Relações Exteriores, porque trata com nações estrangeiras”.

O sertanista, cercado pelos txukarramães e outros grupos kaiapó, disse ainda que os fazendeiros não merecem indenizações: “Sabiam que ali é território indígena. Não merecem ser indenizados, ao contrário, eles é quem devem indenizar pelos estragos que causam nas florestas”.

E Raoni, que reclamou a ausência do Ministro Mário Andreazza na festa do Xingu, chamou o Presidente da

FUNAI pedindo-lhe que marque uma reunião com os fazendeiros. "Pode ser no posto de vigilância, na beira da estrada", disse o cacique, antecipando que nesse encontro com seus vizinhos, vai prometer que não vamos mais fazer guerra, não vamos entrar nas fazendas. Só vamos brigar se fazendeiro invadir nossa terra". Para ocupar as áreas reconquistadas, Raoni pretende também implantar uma nova aldeia, na área do Capoto, enquanto Krumari, o cacique txukarramãe que vive no rio Jarina, faz a aldeia no rio Piim. "Vamos fazer muita aldeia — disse Krumari — para não chegar branco tomando conta de nossa terra".

No começo da tarde começaram as despedidas. Já sem cocar, Raoni fez uma nova exigência: não quer mais que chamem seu povo de txukarramãe. "Nosso nome é metutire. Txukarramãe é feio. Foi índio Juruna que chamou nós assim. Txukarramãe significa homem sem arco. Metutire não usa arco. Usa borduna".

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALUÍZIO CAMPOS NA SESSÃO DE 6-6-84, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN DE 7-6-84.*

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB — PB.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Admiro o costume do Deputado Jorge Carone, que sempre fala desta tribuna, lugar naturalmente adequado para suportar o peso de nossa oratória.

Ainda esta semana, na Câmara, procurei chamar a atenção de meus colegas sobre o recado político mais importante da proposta de emenda constitucional, enviada

ao Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República: de sua reeleição no pleno exercício do cargo. Pedi que considerássemos a importância dessa mensagem, porque as divergências verificadas nos setores governamentais davam a impressão de que, na verdade, Sua Excelência nada mais desejava do que se beneficiar daquela proposição. Deixando perturbada a escolha do candidato do seu Partido, poderia assegurar sua própria reeleição ou a prorrogação de seu mandato.

Então, apelei para que Sua Excelência determinasse as suas Lideranças e ao relator da Comissão Mista incumbida de apreciar a proposta, a eliminação daquela norma.

Fiquei feliz quando os jornais proclamaram que Sua Excelência havia anunciado não ser candidato e não mais desejar permanecer no cargo um minuto sequer além do prazo constitucional. Mas, hoje, surgiu a notícia de que sua Excelência resolveu mandar ouvir, como acaba de mencionar o Deputado Eduardo Galil, nas bases do seu Partido, para auscultar qual a preferência pelo candidato que deva ser apresentado à convenção.

É claro que essa audiência, que essa pesquisa eleitoral, nas bases do PDS, deve ser submetida a uma prévia orientação das influências governamentais, não se podendo estranhar que o resultado possa ser da preferência pelo próprio nome de Sua Excelência. Como a Nação já está habituada às suas contramarchas, que declarando hoje exatamente o contrário do que declarou ontem, é possível que procedam os receios dos malufistas, há pouco manifestados, de que terão mais um concorrente pesado na disputa da indicação.

O que cumpre a nós, no Congresso, para a solução da atual crise, é assumir a responsabilidade de encontrar o

caminho compatível com os melhores interesses da Nação. Nossa histórica obrigação política é a de consolidarmos a aliança entre as forças oposicionistas e as dissidências do PDS que não desejam marchar para o suicídio eleitoral, como ainda domingo aconteceu em Santos, quando o Partido do Governo alcançou o humilhante resultado de nem sequer obter 3% da votação daqueles que elegeram o prefeito do Município.

Então, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o que devemos fazer aqui, neste Congresso, é unir nossas forças, é apelar para que o Vice-Presidente Aureliano Chaves assumira o comando da dissidência pedessista, lançando um salva-vidas aos seus correligionários que ainda desejam disputar eleições diretas, sobretudo em 1986.

Ainda ontem, pessoalmente eu apelei a S. Ex<sup>a</sup> para que assim procedesse, a fim de consolidar posição legítima do Congresso contra o comportamento espúrio dos representantes do povo que correm da eleição direta como o diabo da cruz, que temem enfrentar as preferências populares e querem que o País continue mergulhado na insanidade econômica que o está atingindo até neste ano de surpreendente bom inverno, pois os agricultores não têm o menor amparo para os preços de seus produtos primários, depois de obtidas milagrosamente sementes para fazerem uma das maiores safras da nossa Região. Os preços se estão aviltrando e o Governo não dá sequer assistência para proteger sua comercialização.

Peço, Sr. Presidente, que me perdoe o pequeno excesso de tempo para a conclusão deste pronunciamento; mas só quis mesmo ressaltar que devemos ter coragem de assumir a responsabilidade histórica de salvarmos a Nação brasileira através de um comportamento patriótico. (Muito bem!)

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

### Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

### Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

### Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes – Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF  
CEP 70.160

# SEGURANÇA NACIONAL

(2ª edição — 1982)

Lei nº 6.620, de 17-12-78

Índice temático. Tramitação legislativa

- Legislação vigente (Lei nº 6.620/78) comparada, artigo por artigo, à legislação anterior (Decretos-Leis nºs 314/67 e 510/69 e Lei nº 1.802/53).
- Notas a cada dispositivo: legislação correlata, comentários de juristas e da imprensa, elaboração legislativa.
- Textos constitucionais e legislação ordinária (de 1824 a 1982).

368 páginas

**Preço: Cr\$ 800,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas

Senado Federal

22º andar — Brasília—DF

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

# VOTO DISTRITAL

O nº 78 da *Revista de Informação Legislativa*, com 464 páginas, é dedicado ao estudo do voto distrital, contendo os seguintes artigos:

## COLABORAÇÃO

Voto distrital e poder econômico — Senador *Farso Dutra*

Inadequação e inoportunidade do voto distrital — *Josaphat Marinho*

Ontem e hoje — o voto distrital no Brasil — *Rosah Rusomano*

O voto distrital e suas implicações jurídico-políticas — *A. Machado Pauperio*

A representação política e o sistema distrital misto — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

Voto distrital: depoimento — *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*

O voto distrital e a reabertura — *Paulo Bonavides*

Teoria e prática do voto distrital — *José Alfredo de Oliveira Baracho*

Eleições e sistemas eleitorais — *Nelson de Sousa Sampaio*

Sistemas eleitorais — *Hermann M. Görgen*

Simulações de divisões distritais dos Estados brasileiros para as eleições federais de 1978 — *David V Fleischer e Sérgio de Otero Ribeiro*

## DOCUMENTAÇÃO

Voto distrital — *Sara Ramos de Figueirêdo*

**Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00**

**Assinatura para 1983 — Cr\$ 4.000,00 (nºs 77 a 80)**

**Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).**

**Atende-se, também, pelo reembolso postal.**

Subsecretaria de Edições Técnicas

SENADO FEDERAL

Brasília, DF — CEP: 70160

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 78

Está circulando o nº 78 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Este número, com 464 páginas, é dedicado ao estudo do *Voto Distrital*, contendo os seguintes artigos:

## COLABORAÇÃO

Voto distrital e poder econômico — Senador *Tarso Dutra*

Inadequação e inoportunidade do voto distrital — *Josaphat Marinho*

Ontem e hoje — o voto distrital no Brasil — *Rosah Russomano*

O voto distrital e suas implicações jurídico-políticas — *A. Machado Pauperio*

A representação política e o sistema distrital misto — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

Voto distrital: depoimento — *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*

O voto distrital e a reabertura — *Paulo Bonavides*

Teoria e prática do voto distrital — *José Alfredo de Oliveira Baracho*

Eleições e sistemas eleitorais — *Nelson de Sousa Sampaio*

Sistemas eleitorais — *Hermann M. Górgen*

Simulações de divisões distritais dos Estados brasileiros para as eleições federais de 1978 — *David V Fleischer e Sérgio de Otero Ribeiro*

## DOCUMENTAÇÃO

Voto distrital — *Sara Ramos de Figueirêdo*

Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1984 — Cr\$ 8.000,00  
(nºs 81 a 84)

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).

Subsecretaria de Edições Técnicas  
SENADO FEDERAL  
Brasília, DF — CEP 70 160

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00**